

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural



Administração Regional do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão

2016

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Dispõe sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições do Anexo II da DN TCU 156/2017 e Portaria-TCU Nº 59 de 17 de janeiro de 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABAG – Associação Brasileira de Agribussines

AR – Administração Regional

ATeG – Assistência Técnica e Gerencial

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CGU – Controladoria Geral da União

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DN – Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

DTP – Departamento Técnico e Pedagógico

EaD – Educação a Distância

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing

FAERJ – Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FIC – Formação Inicial Continuada

FPR – Formação Profissional Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PAT – Plano Anual de Trabalho

PE/FPR – Programa Especial de Formação Profissional Rural

PE/PS – Programa Especial de Promoção Social

PIB – Produto Interno Bruto

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PS – Promoção Social

PSA – Antígeno Prostático Específico

RADI – Recursos de Aplicação Direta

REDE E-TEC – Rede de Escolas Técnicas Abertas do Brasil

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

USP – Universidade de São Paulo

VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuária

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas:

- Tabela 01: Comparativo entre Eventos Programados e Realizados 2016
- Tabela 02: Comparativo entre Participantes em Eventos Programados e Realizados 2016
- Tabela 03: Comparativo entre Carga Horária Programada e Realizada 2016
- Tabela 04: Comparativo entre Número de Eventos Realizados 2015/2016
- Tabela 05: Comparativo entre Número de Participantes em Eventos Realizados 2015/2016
- Tabela 06: Relação de Alunos por Evento: 2015/2016
- Tabela 07: Comparativo entre Carga Horária ministradas em Eventos Realizados 2014/2015
- Tabela 08: Relação nº. de Eventos / Força de Trabalho
- Tabela 09: Número de Parceiros Conveniados 2015/2016
- Tabela 10 - Relação nº. de Eventos / nº. de Municípios: 2015/2016
- Tabela 11 - Relação de Participantes Aptos e Inaptos
- Tabela 12 - Despesas Correntes / nº. Horas - aula 2015-2016
- Tabela 13 - Despesas Correntes / nº. de Alunos - 2014/2015
- Tabela 14 – Principais itens levantados na Pesquisa de Satisfação 2016

Quadros:

- Quadro 3.4.1 – Competências das Áreas Estratégicas
- Quadro 3.5.1 – Macroprocessos Finalísticos
- Quadro de Movimentação de Matrículas 4.1.2.1 – Curso Técnico em Agronegócio
- Quadro 4.1.3.1 Planos x Competências Institucionais
- Quadro 4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício
- Quadro 4.1.2.1 - Movimentação de Matrículas – Curso Técnico em Agronegócio
- Quadro 4.1.3.1 Planos x Competências Institucionais
- Quadro 4.3.1.1. Execução Física e Financeira das Ações
- Quadro 4.3.3.1. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos dois exercícios
- Quadro 4.3.3.2. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.
- Quadro 4.3.3.3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro 4.3.4.1. Demonstração da Receita – Administração Central
- Quadro 4.3.5.1. Despesas por modalidade de contratação
- Quadro 4.3.5.2- Despesas por grupo e elemento de despesa
- Quadro 5.2.1. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo
- Quadro 5.2.2. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal
- Quadro 8.1.1.1. Força de Trabalho
- Quadro 8.1.1.2.. Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 8.1.1.3. Detalhamento da estrutura de funções gratificadas
- Quadro 8.1.2.1. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos
- Quadro 8.3.1.1. Relação de Sistemas
- Quadro 9.1.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento
- Quadro 9.2.1. Recomendações da CCGU que permanecem pendentes de cumprimento

Figuras:

Figura 1. Quantidade produzida (em toneladas) e valor da produção (mil reais) das lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2015

Figura 2. Quantidades produzidas (em toneladas) das cinco principais culturas – 2010 a 2015

Figura 3. Comparativo entre o *ranking* da quantidade produzida (em toneladas) e o valor da produção (em mil reais) para os anos de 2010 e 2015

Figura 4. Participação municipal no valor da produção (em mil reais) das lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro - 2015

Figura 6. Quantidade produzida de cana de açúcar no Estado do Rio de Janeiro em 2015

Figura 7. Quantidades produzidas (em toneladas) das demais cinco principais culturas de lavoura temporária no Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2015

Figura 8. Composição (em porcentagem) do valor total da produção das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro – 2015

Figura 9. Comparativo da quantidade produzida (em toneladas) com o valor da produção do tomate (em mil reais) – 2010 a 2015

Figura 10. Comparativo da quantidade produzida (em toneladas) e do valor da produção (em mil reais) de cana de açúcar – 2010 a 2015

Figura 11. Participação municipal no valor da produção (em mil reais) das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro - 2015

Figura 12. Quantidade produzida de leite (mil litros) e valores da produção (mil reais) – 2010 a 2014

Figura 13. Participação percentual de cada região sobre a quantidade total de leite produzida do Estado do Rio de Janeiro

Figura 14. Quantidade produzida (mil litros) e valor da produção (mil reais) nos dez maiores municípios de bovinocultura leiteira do Estado do Rio de Janeiro – 2014

Figura 15. Produção de leite (mil litros) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Figura 16. Valor da Produção da Bovinocultura de Leite no período de 2005 a 2015

Figura 17. Quantidade de leite adquirido e industrializado (em mil litros) no Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2016*

Figura 18. PIB Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro (mil reais) – 2010 a 2014

Figura 19. Evolução do PIB Agropecuário das regiões do Estado do Rio de Janeiro (mil reais) – 2010 a 2014

Figura 20. Participação percentual na composição total do PIB Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro (% médio)

Figura 21. Valor adicionado bruto da Agropecuária a preços correntes – PIB 2013

Figura 22 – Organograma Funcional SENAR-AR/RJ

SUMÁRIO

2. Apresentação.....	8
3. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas	
3.1. Finalidade e competências.....	9
3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade.....	9
3.3. Ambiente de atuação.....	10
3.4. Organograma.....	25
3.5. Macroprocessos finalísticos.....	27
4. Planejamento Organizacional e Resultados	
4.1. Planejamento Organizacional.....	29
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	29
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	30
4.1.2.1 Movimentação de matrículas – Curso Técnico em Agronegócio.....	33
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	35
4.1.3.1 Planos x Competências Institucionais.....	35
4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	36
4.3. Desempenho orçamentário.....	38
4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	38
4.3.1.1. Execução Física e Financeira das Ações.....	38
4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	39
4.3.3. Execução descentralizada com transferências de recursos	39
4.3.3.1. Quadro – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos dois	
exercícios.....	39
4.3.3.2. Quadro – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na	
modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	40
4.3.3.3. Quadro – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório	
de gestão	40
4.3.4. Informações sobre a realização das receitas.....	41
4.3.4.1. Demonstração da Receita – Administração Central.....	41
4.3.5. Informações sobre a realização das despesas	42
4.3.5.1 Quadro – Despesas por modalidade de contratação.....	42
4.3.5.2. Quadro - Despesas por grupo e elemento de despesa	43
4.4. Desempenho operacional.....	43
4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	44
4.5.1 Indicadores de Eficácia.....	44
4.5.2 Indicadores de Eficiência.....	47
4.5.3 Indicadores de Economicidade.....	50
4.5.4 Indicadores de Efetividade.....	52
4.5.4.1 – Pesquisa de Satisfação.....	52
5. Governança	
5.1. Descrição das estruturas de governança.....	53
5.1.1. Conselho Administrativo.....	53
5.1.2. Superintendência.....	53
5.1.3. Conselho Fiscal.....	53
5.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	54
5.2.1. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo.....	54
5.2.2. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal.....	54
5.3. Atuação da unidade de auditoria interna.....	55
5.4. Atividades de correição e ilícitos administrativos.....	55
5.5. Gestão de riscos e controles internos.....	55

5.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	55
5.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	56
6. Áreas Especiais da Gestão	
6.1. Gestão de pessoas.....	57
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	57
6.1.1.1. Força de Trabalho.....	57
6.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva.....	57
6.1.1.3. Detalhamento da estrutura de funções gratificadas.....	57
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	58
6.1.2.1. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos.....	58
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	58
6.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	58
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	58
6.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	59
6.3. Gestão da tecnologia da informação.....	59
6.3.1. Principais sistemas de informações.....	59
8.3.1.1. Relação de Sistemas.....	59
6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	59
6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade.....	60
6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obra.	60
7. Relacionamento com a Sociedade	
7.1. Canais de acesso do cidadão.....	61
7.2. Carta de Serviços ao Cidadão	61
7.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	61
7.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	61
8. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	
8.1. Desempenho financeiro do exercício.....	62
8.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	62
8.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	62
8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	62
9. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle	
9.1. Tratamento de determinação e recomendações do TCU	74
9.1.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	74
9.2. Tratamentos de recomendações do órgão de controle interno.....	74
9.2.1. Recomendações da CCGU que permanecem pendentes de cumprimento.....	74
9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	75
9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	76
10. Anexos e Apêndices	76

2. APRESENTAÇÃO

A Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Rio de Janeiro estruturou seu Relatório de Gestão do Exercício de 2016 conforme orientações do Anexo II da DN TCU 156/2017 e Portaria-TCU Nº 59 de 17 de janeiro de 2017, elencando os itens específicos à gestão da unidade.

É parte integrante deste Relatório os itens: Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; Planejamento Organizacional e Resultados; Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão, Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle e Anexos e Apêndices.

Neste Relatório de Gestão a Regional do SENAR no Rio de Janeiro também demonstra seus principais resultados, tendo em vista as dificuldades encontradas no exercício, tais como a descontinuidade de Programas Nacionais e uma frustração na expectativa de receita através de recursos provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais.

A consolidação dos esforços de nossa equipe em torno dos Polos de Apoio Presencial do Curso Técnico em Agronegócio, que em 2016, abria mais uma unidade no município de Miguel Pereira e a implantação da Assistência Técnica e Gerencial do SENAR foram decisivas para assegurar à Administração Regional do Rio de Janeiro o alinhamento institucional preconizado pelo SENAR BRASIL.

3 VISAO GERAL

3.1. Finalidade e Competências

Lei nº 8.315/91, Decreto nº 566/92 e Regimento Interno da Entidade

- Organizar, administrar e executar, em todo o estado do Rio de Janeiro, o ensino da formação profissional rural e a promoção social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal;
- Assistir as entidades empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional rural e promoção social;
- Assessorar o Governo Estadual em assuntos relacionados com a formação de profissionais rurais e atividades assemelhadas.

3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade

Norma de Criação:

- Lei nº 8.315/91, publicada no DOU no dia 24/12/1991.
- Decreto nº 566/92, publicado no DOU no dia 11/06/1992.

Demais normas relacionadas à gestão e a estrutura da unidade:

- A Administração Regional do Estado do Rio de Janeiro – Senar-AR/RJ é um órgão de execução descentralizada das ações de Formação Profissional e Promoção Social de homens e mulheres que exerçam atividades rurais, criada pela Portaria nº 017, de 04 de abril de 1994, do Presidente do Conselho Deliberativo, com base no Inciso X do Artigo 8º do Regimento Interno do SENAR- Administração Central.
- As competências do SENAR estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23 de março de 1994, com a última alteração em 05 de março de 2013, registrada sob o Nº 113588 – Cartório de 1º Ofício – Brasília – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

3.3. Ambiente de atuação

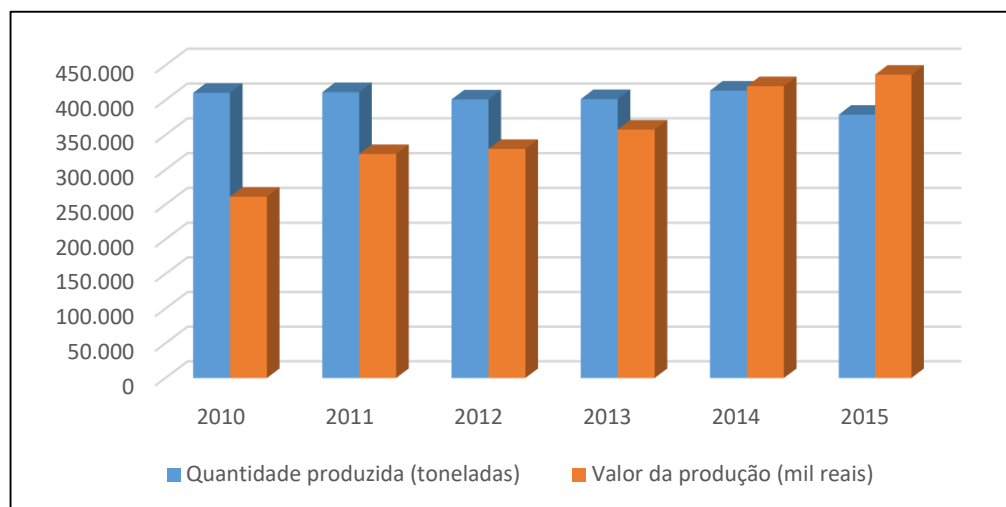
O Setor Rural fluminense possui características próprias no que tange a produção agropecuária, com área corresponde a 0,51% do território nacional, nossas atividades se dividem em:

Lavouras Permanentes

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal, divulgada pelo IBGE, no período de 2010 a 2015, foram cultivados nas lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro os seguintes produtos: abacate, banana, borracha, café, caqui, coco da baía, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, palmito, pêssigo, tangerina, urucum e uva.

Ao confrontar-se as séries de dados de quantidade produzida (em toneladas) e valor gerado com a produção (em mil reais) observa-se que apesar da redução da quantidade produzida total do ano de 2010 para o ano de 2015, os valores arrecadados com a produção aumentaram significativamente. Para uma redução de 31.384 toneladas produzidas nas lavouras permanentes do Estado no período citado, houve um acréscimo de R\$ 175.288 mil reais no valor da produção.

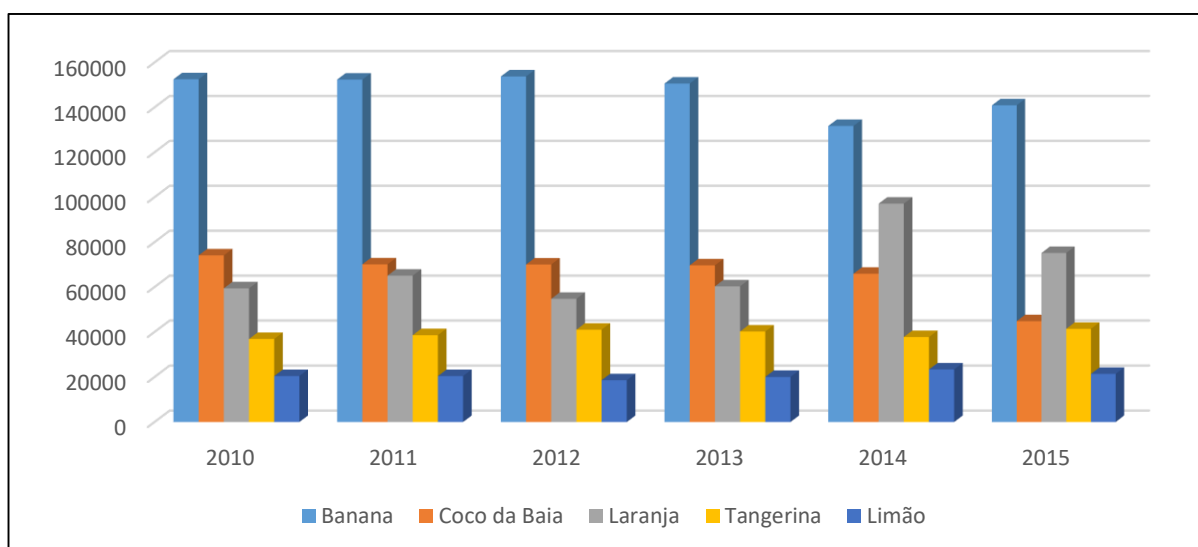
Figura 1. Quantidade produzida (em toneladas) e valor da produção (mil reais) das lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

Dos produtos acima citados, as principais culturas produzidas pelo Estado do Rio de Janeiro em termos de quantidade (em toneladas) no ano de 2010 eram respectivamente: banana, coco da baía, laranja, tangerina e limão. Tais culturas se mantêm como aquelas de maior quantidade produzida durante todo o período analisado (2010 a 2015), havendo, entretanto, apenas uma variação no *ranking* de produção por toneladas, já que a laranja assume a segunda posição no ano de 2014.

Figura 2. Quantidades produzidas (em toneladas) das cinco principais culturas – 2010 a 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

Os cinco municípios com maiores quantidades produzidas em lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015 são:

- Araruama: com total de 60.310 toneladas produzidas, com destaque para as culturas de laranja (36.400 toneladas) e tangerina (13.000 toneladas);
- Mangaratiba: com total de 34.816 toneladas produzidas; sendo a banana seu produto de maior peso (33.624 toneladas)
- Rio Bonito: com total de 19.118 toneladas produzidas, com destaque para produção de cítricos, como laranja (9.000 toneladas), limão (5.200 toneladas) e tangerina (2.063 toneladas);
- Macaé: com total de 17.542 toneladas produzidas, sendo a banana sua principal cultura (17.450 toneladas); e
- Saquarema: com total de 17.158 toneladas produzidas, sendo o coco da baía o seu principal produto, totalizando 11.100 toneladas produzidas.

Em termos de valor total da produção (em mil reais) nota-se que culturas que não estão entre as mais produzidas em termos de toneladas, surgem no *ranking* do valor total gerado pela produção, como é o caso do café, por exemplo.

Figura 3. Comparativo entre o ranking da quantidade produzida (em toneladas) e o valor da produção (em mil reais) para os anos de 2010 e 2015

2010			2015		
Cultura no Ranking	Quant. produzida (em toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Cultura no Ranking	Quant. Produzida (em toneladas)	Valor da produção (mil reais)
Banana	152.486	73.501	Banana	140.876	140.350
Coco da baía	74.077	38.344	Laranja	75.113	69.371
Laranja	59.386	36.879	Coco da baía	44.787	50.374
Tangerina	36.874	17.414	Tangerina	41.371	30.615
Limão	20.408	11.979	Limão	21.354	19.190
Caqui	19.064	9.246	Café	17.097	61.275
Café	15.012	53.021			

Fonte: IBGE, PAM (2017).

Conforme pode-se observar na Figura 3, no ranking da quantidade produzida o café ocupa a sétima posição para o ano de 2010 e a sexta posição para o ano de 2015. Entretanto, quando se trata do valor da produção, o café desponta na segunda e na terceira posição para os anos de 2010 e 2015 respectivamente, podendo-se afirmar que o café é a cultura com o maior valor de venda por tonelada dentre as culturas selecionadas (mil reais/tonelada).

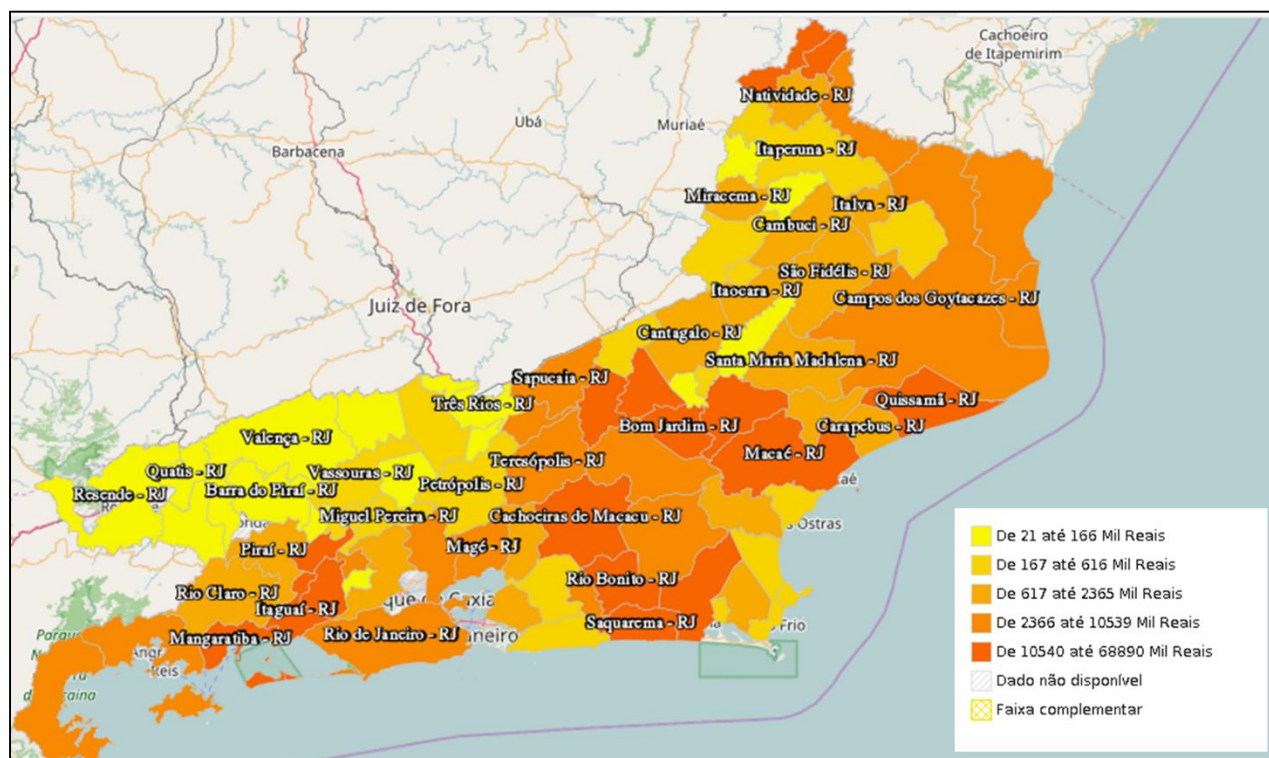
Outro dado interessante que pode ser extraído da Figura 3 refere-se à valorização do valor de produção da banana, que no período de 2010 a 2015 aumentou cerca de 108%.

Dentre os cinco municípios com maiores valores em produção em lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015, aparecem nas primeiras colocações Araruama e Mangaratiba, que também despontam como os municípios de maior quantidade produzida neste ano. Ambas as posições no ranking dos municípios se deve ao destaque na produção da banana.

Assim sendo, os cinco municípios com os maiores valores de produção em lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015 foram:

- Araruama: com 68.890 mil reais em valor total da produção, com destaque para as culturas cítricas da laranja (41.405 mil reais); tangerina (12.935 mil reais) e limão (8.693 mil reais);
- Mangaratiba: com 34.410 mil reais em valor total da produção, impulsionado pela cultura da banana (33.086 mil reais);
- Saquarema: com 23.869 mil reais em valor total da produção, com 16.650 mil reais provenientes da cultura de coco da baía;
- Cachoeira de Macacu: com 22.214 mil reais em valor total da produção, com destaque para cultura da goiaba (13.843 mil reais) e da banana (4.808 mil reais); e
- Porciúncula: com 21.436 mil reais em valor total da produção, sendo 17.280 mil reais equivalentes a produção de café.

Figura 4. Participação municipal no valor da produção (em mil reais) das lavouras permanentes do Estado do Rio de Janeiro - 2015



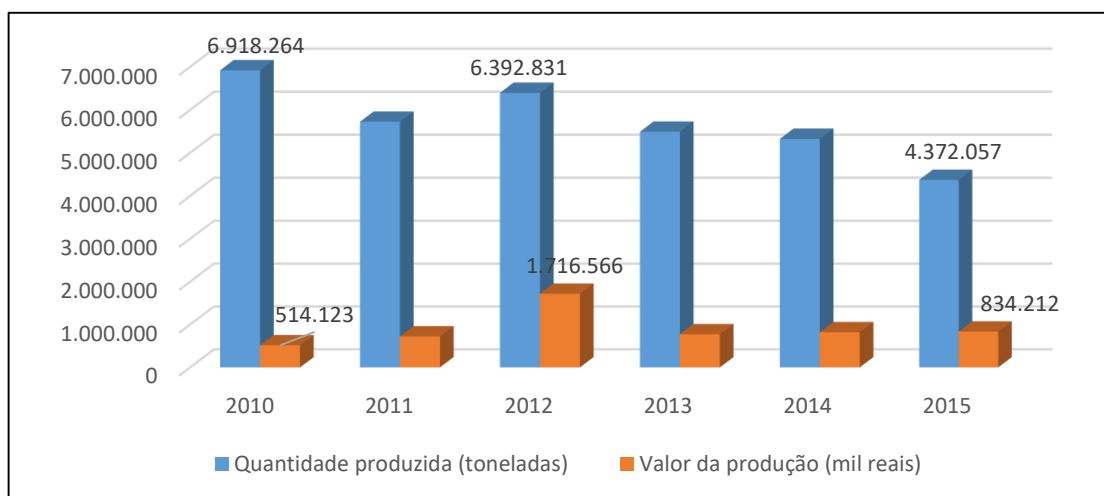
Fonte: IBGE, PAM (2017).

Lavouras Temporárias

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal, divulgada pelo IBGE, no período de 2010 a 2015, foram cultivados nas lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro os seguintes produtos: abacaxi, arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e tomate.

Ao confrontar-se as séries de dados de quantidade produzida (em toneladas) e valor gerado com a produção (em mil reais) observa-se que apesar da redução da quantidade produzida total do ano de 2010 para o ano de 2015 (redução de 2.546.207 toneladas), os valores arrecadados com a produção aumentaram cerca de 320.000 mil reais. Nota-se ainda um pico no valor da produção das lavouras temporárias do Estado no ano de 2012, chegando a 1.716.566 mil reais.

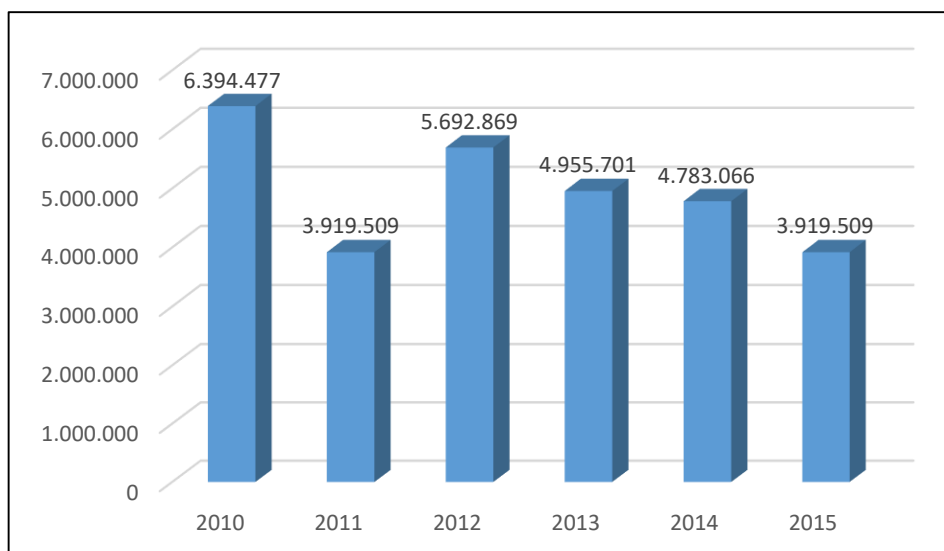
Figura 5. Quantidade produzida (em toneladas) e valor da produção (mil reais) das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

Apesar da redução significativa da quantidade produzida no ano de 2010 para o ano de 2015, de cerca de 38%, dos produtos acima citados, a principal cultura de lavoura permanente produzida pelo Estado do Rio de Janeiro em termos de quantidade (em toneladas) é a cana de açúcar. Hoje, a cana de açúcar é produzida principalmente nos municípios de: Campos dos Goytacazes (2.250.000 toneladas), São Francisco do Itabapoana (1.100.000 toneladas), Araruama, Quissamã e Cabo Frio.

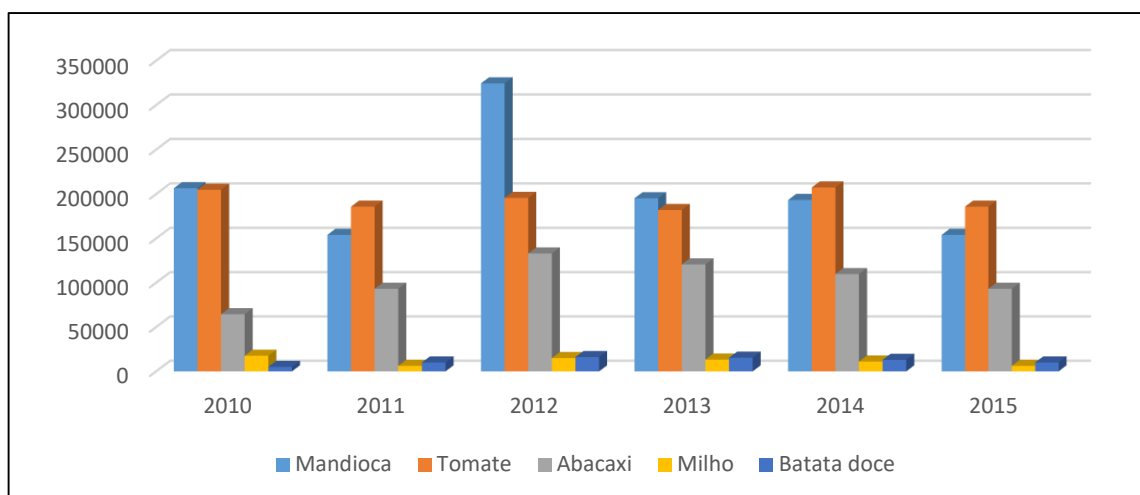
Figura 6. Quantidade produzida de cana de açúcar no Estado do Rio de Janeiro em 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

A evolução da produção da mandioca, do tomate, do abacaxi, do milho e da batata doce, que compõem, juntamente a cana de açúcar, as culturas de lavoura temporária mais produzidas, pode ser observada na Figura 7 abaixo.

Figura 7. Quantidades produzidas (em toneladas) das demais cinco principais culturas de lavoura temporária no Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2015

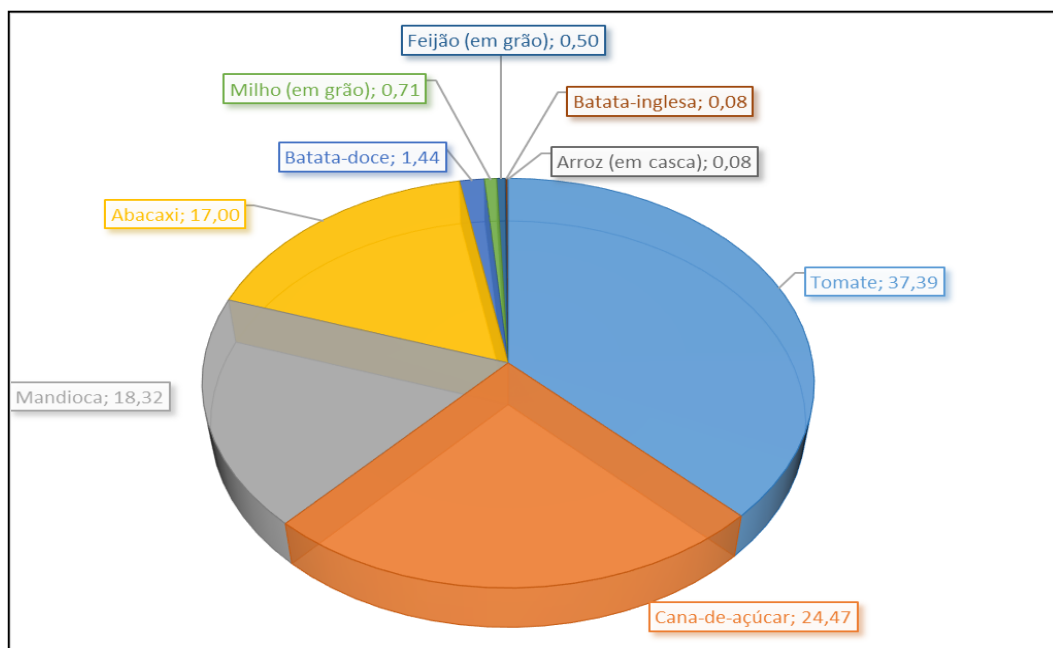


Fonte: IBGE, PAM (2017).

Os cinco municípios com maiores quantidades produzidas em lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015 coincidem com os maiores produtores de cana de açúcar, uma vez que o volume desta é cerca de oito vezes maior do que a soma das quantidades produzidas das demais culturas de lavoura temporária do estado.

A composição total do valor da produção das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2015, pode ser vista na Figura 8.

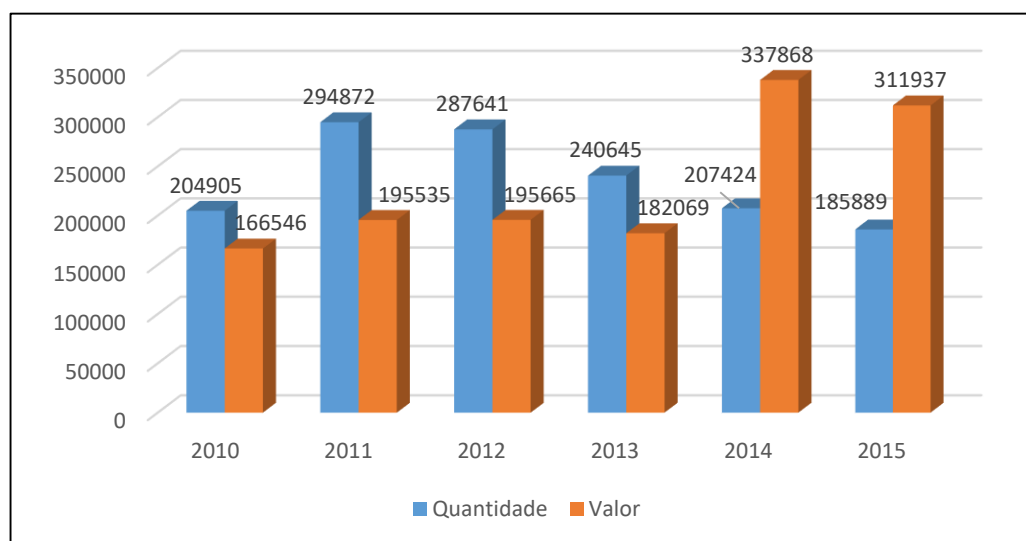
Figura 8. Composição (em porcentagem) do valor total da produção das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro – 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

Como pode ser observado na Figura 8 acima, o tomate representa o maior montante em termos de valores da produção das lavouras temporárias do Estado. Pela análise comparativa da quantidade produzida (em toneladas) em relação ao valor da produção (em mil reais) pode-se concluir que a cultura do tomate obedece à lei de oferta e demanda, visto que em anos com maiores quantidades produzidas os preços foram relativamente menores, assim como em anos com menores quantidades produzidas, os preços foram relativamente maiores.

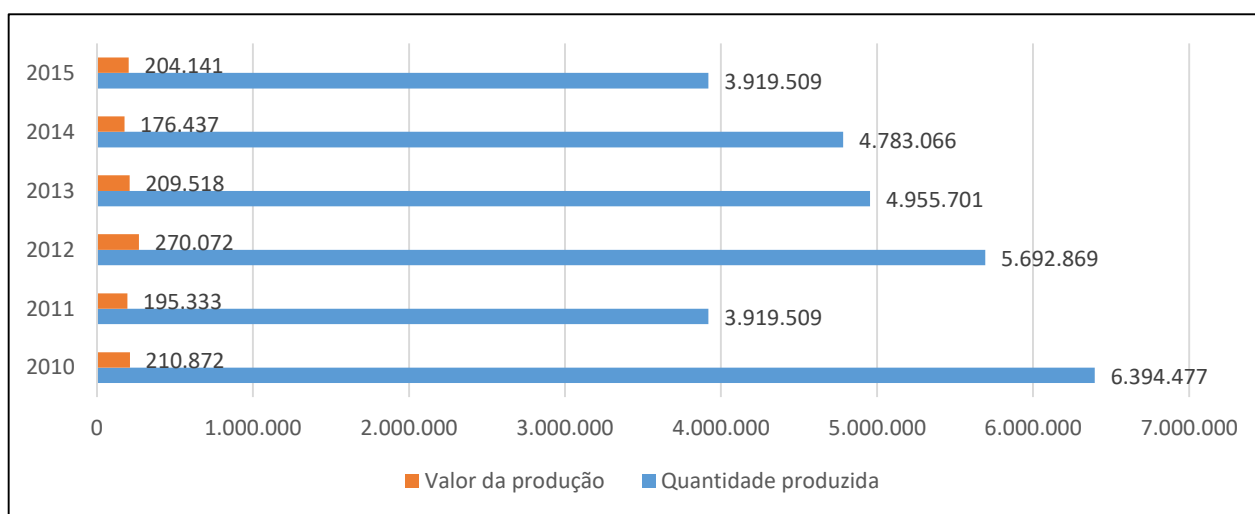
Figura 9. Comparativo da quantidade produzida (em toneladas) com o valor da produção do tomate (em mil reais) – 2010 a 2015



Fonte: IBGE, PAM (2017).

Apesar de representar o maior volume de produção em toneladas, a cana de açúcar representa cerca de 25% do valor total da produção de culturas de lavoura temporária. Faz-se relevante notar que apesar da significativa redução do volume de produção de cana de açúcar, o valor da produção obtida pela cultura ao longo do período analisado sofreu forte incremento, uma vez que, segundo os dados divulgados pelo IBGE pode-se inferir que o valor pago pela tonelada de cana de açúcar no ano de 2010 equivalia em média a 33 reais, enquanto que no ano de 2015 o valor pago pela tonelada foi da ordem de 52 reais.

Figura 10. Comparativo da quantidade produzida (em toneladas) e do valor da produção (em mil reais) de cana de açúcar – 2010 a 2015

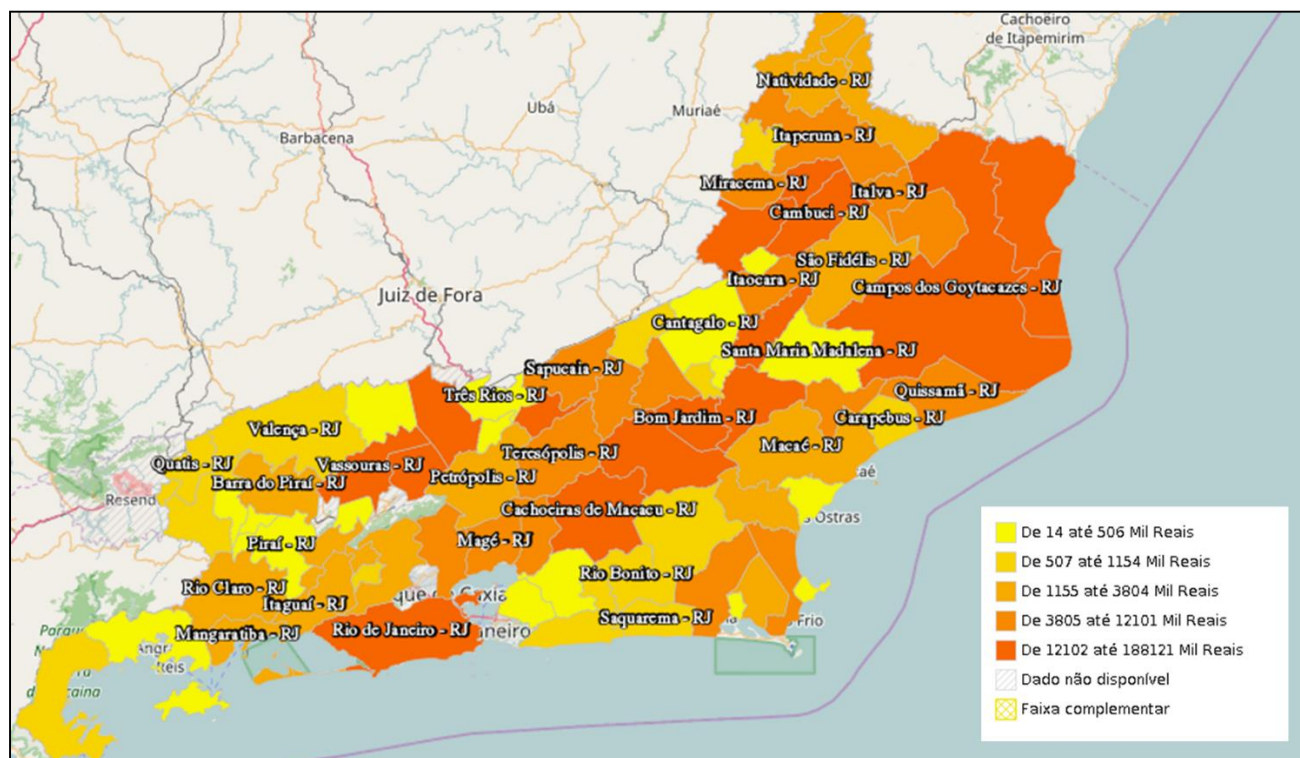


Fonte: IBGE, PAM (2017).

Os cinco municípios com os maiores valores de produção em lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015 foram:

- São Francisco do Itabapoana: com 188.121 mil reais em valor total da produção, com destaque para as culturas cítricas da mandioca (42.561 mil reais), do abacaxi (112.500 mil reais) e da cana de açúcar (33.000 mil reais);
- Campos dos Goytacazes: com 135.753 mil reais em valor total da produção, impulsionado pela cultura da cana de açúcar (128.250 mil reais);
- São José de Ubá: com 49.453 mil reais em valor total da produção, com 49.000 mil reais provenientes da cultura do tomate;
- Cambuci: com 33.884 mil reais em valor total da produção, com destaque também para a cultura do tomate, responsável por cerca de 94% do valor gerado pela produção de lavoura temporária do município; e
- Paty do Alferes: com 30.607 mil reais em valor total da produção, sendo que 98% é proveniente da cultura do tomate.

Figura 11. Participação municipal no valor da produção (em mil reais) das lavouras temporárias do Estado do Rio de Janeiro - 2015

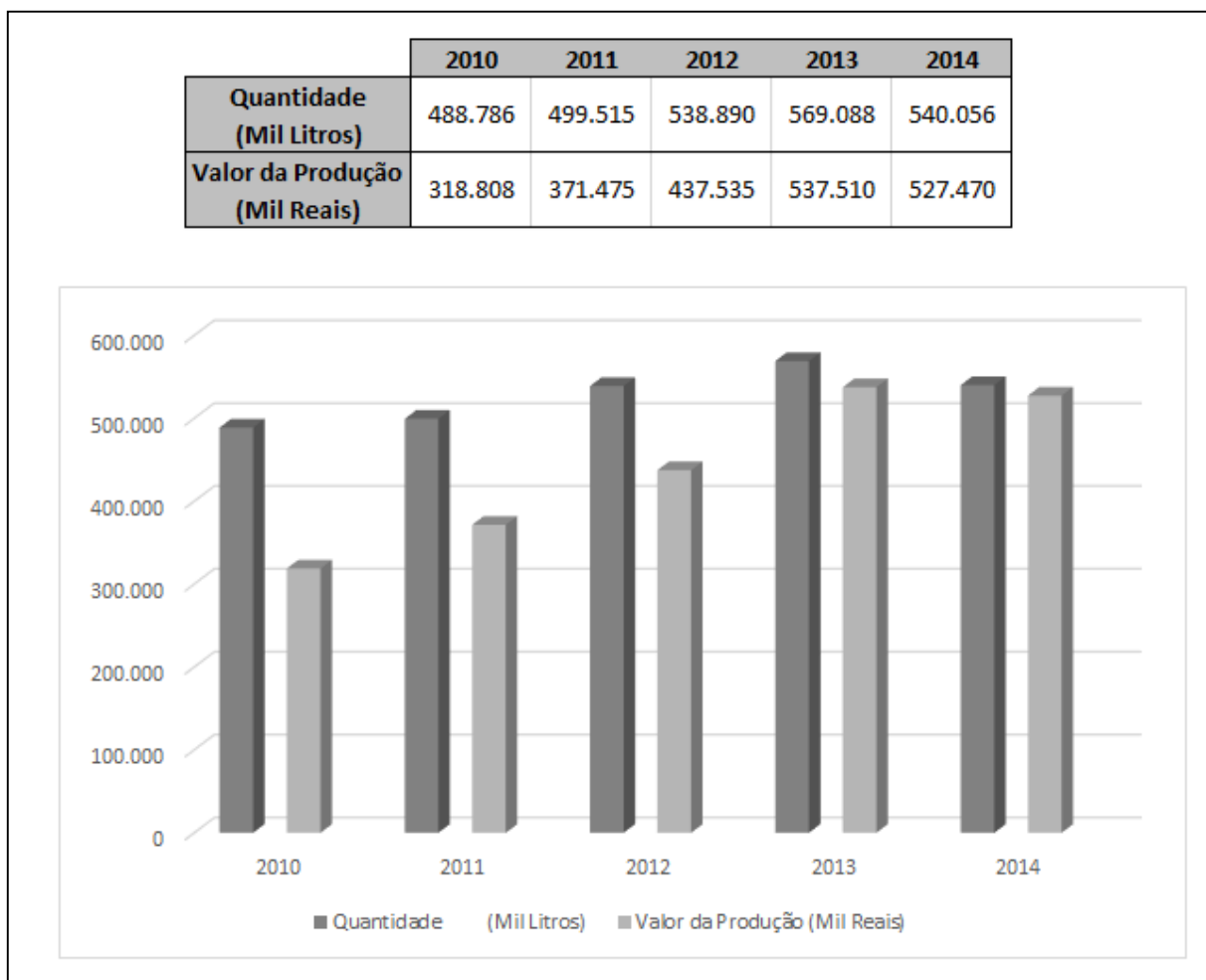


Fonte: IBGE, PAM (2017).

Bovinocultura de Leite

Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, no período de 2010 a 2014, em média 18% do rebanho efetivo do Estado do Rio de Janeiro é composto por gado leiteiro. As quantidades produzidas (mil litros) e os valores de produção (mil reais) para o referido período podem ser observados na figura abaixo.

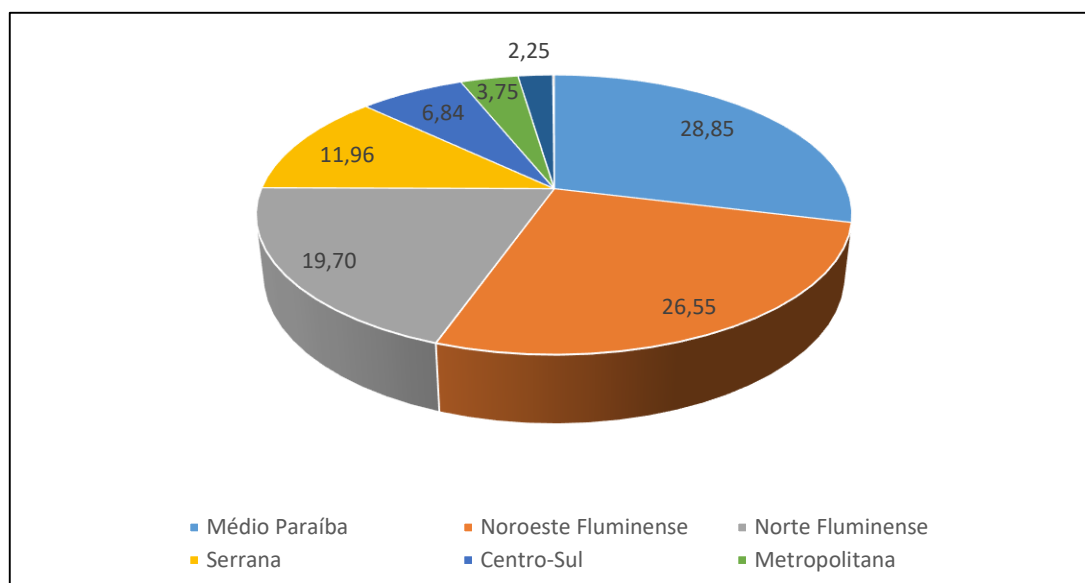
Figura 12. Quantidade produzida de leite (mil litros) e valores da produção (mil reais) –2010 a 2014



Fonte: IBGE, 2014.

O Médio Paraíba caracteriza-se por ser a principal região produtora de leite do Estado do Rio de Janeiro, totalizando uma produção equivalente a 155.823 mil litros no ano de 2014, seguida das regiões Noroeste e Norte Fluminense com produções que totalizaram 143.405 mil litros e 106.399 mil litros de leite, respectivamente.

Figura 13. Participação percentual de cada região sobre a quantidade total de leite produzida do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, 2014.

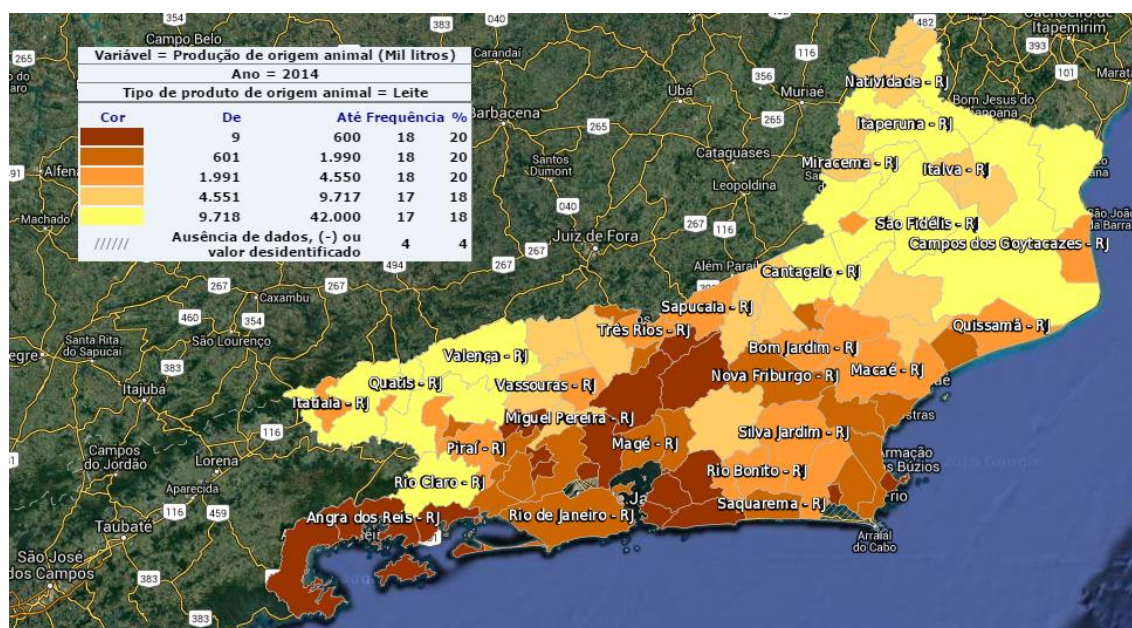
Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2014, os cinco municípios de maior produção de leite (em mil litros) foram: São Francisco do Itabapoana, Valença, Itaperuna, Resende e Campos dos Goytacazes, que juntos equivalem a cerca de um terço do valor gerado pela bovinocultura de leite do Estado.

Figura 14. Quantidade produzida (mil litros) e valor da produção (mil reais) nos dez maiores municípios de bovinocultura leiteira do Estado do Rio de Janeiro – 2014

Municípios	Quantidade Produzida (mil litros)	Valor da Produção (mil reais)
São Francisco de Itabapoana - RJ	42.000	37.800
Valença - RJ	37.100	33.390
Itaperuna - RJ	33.652	33.652
Resende - RJ	32.000	38.400
Campos dos Goytacazes - RJ	27.000	27.000
Barra Mansa - RJ	25.557	24.279
Bom Jesus do Itabapoana - RJ	18.490	18.490
Rio Claro - RJ	14.054	13.351
Cambuci - RJ	13.893	14.587
Cantagalo - RJ	13.884	13.190
Rio de Janeiro	540.056	569.088

Fonte: IBGE, 2014

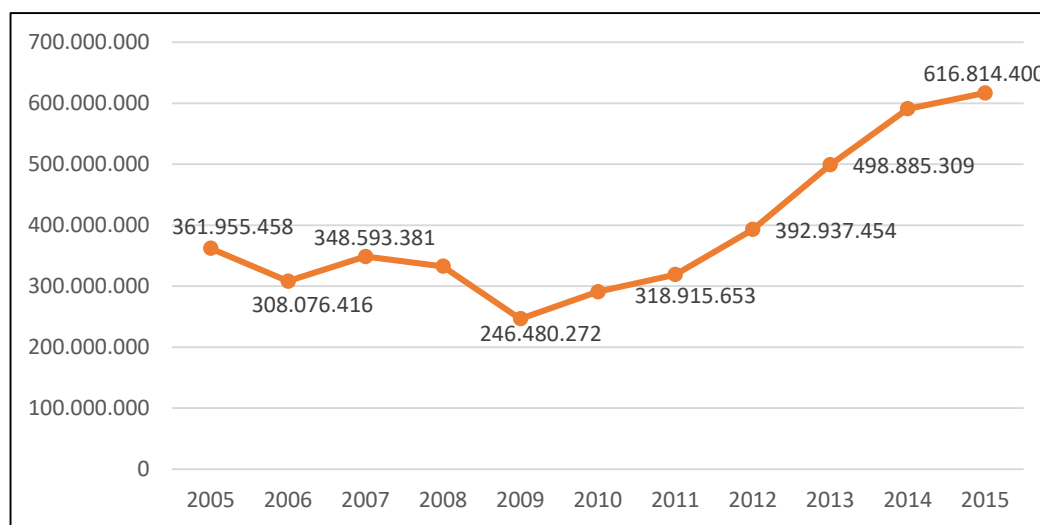
Figura 15. Produção de leite (mil litros) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2014)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2012).

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) mostra a evolução do desempenho da bovinocultura de leite ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento.

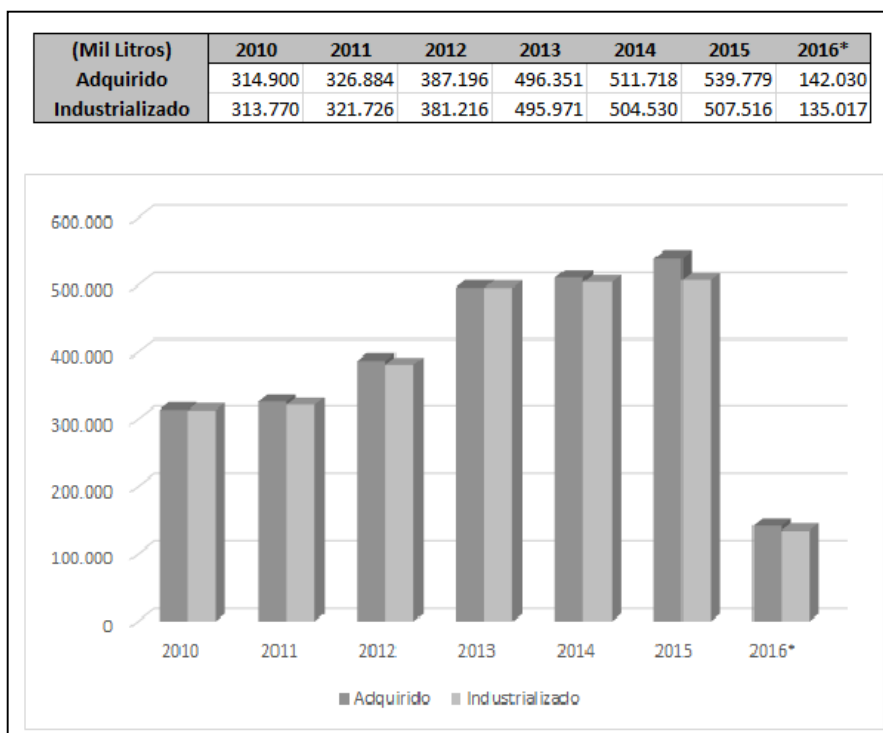
Figura 16. Valor da Produção da Bovinocultura de Leite no período de 2005 a 2015



Fonte: MAPA, 2016.

No que tange ao processamento do leite Rio de Janeiro, os dados divulgados pelo IBGE para o período de 2010 ao primeiro trimestre deste ano fornecem evidências acerca da expansão do mercado do leite no Estado. No ano de 2010 cerca de 64% do leite produzido no Estado foi adquirido, sendo que as porcentagens de aquisição aumentaram de forma gradual, chegando ao ano de 2014 a serem adquiridos cerca de 94% do total de leite produzido.

Figura 17. Quantidade de leite adquirido e industrializado (em mil litros) no Estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2016*



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite – IBGE, 2016.

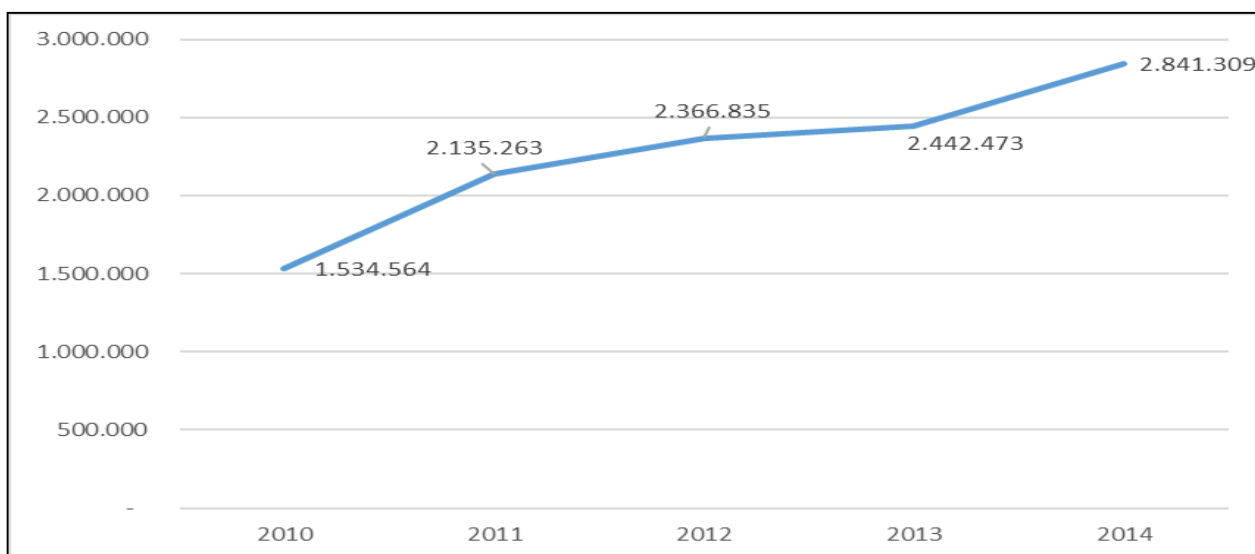
*Para o ano de 2016 constam apenas os dados de aquisição e industrialização referentes ao primeiro semestre de 2016.

Produto Interno Bruto Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro

Segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto da Agropecuária (PIB Agropecuário) do Estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento continuado na ordem de 1,3 milhões no período de 2010 a 2014¹, conforme pode ser visto na Figura 1 abaixo.

¹ Último ano de referência divulgado no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

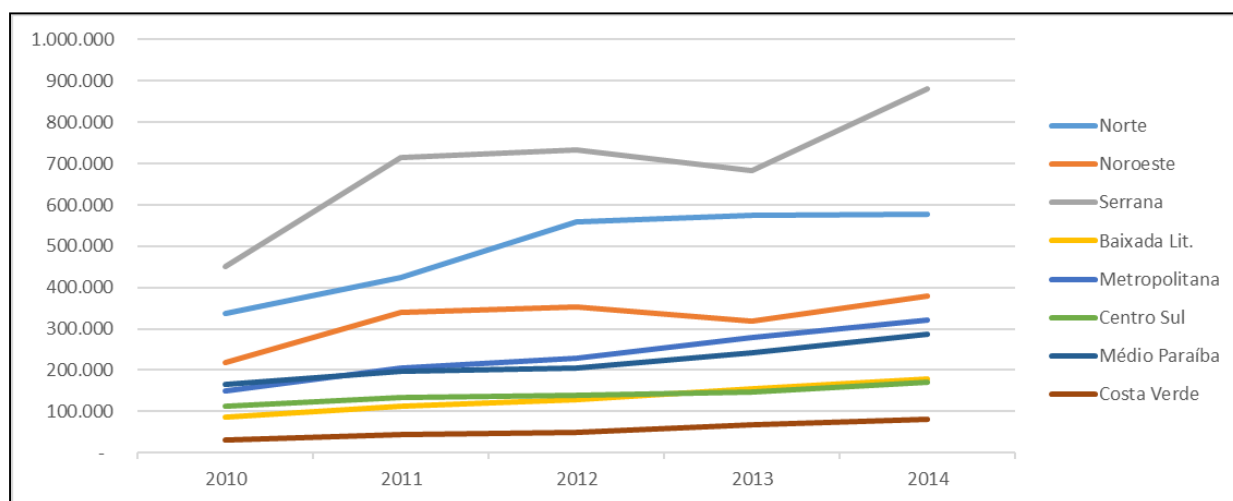
Figura 18. PIB Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro (mil reais) – 2010 a 2014



Fonte: SIDRA, IBGE (2017).

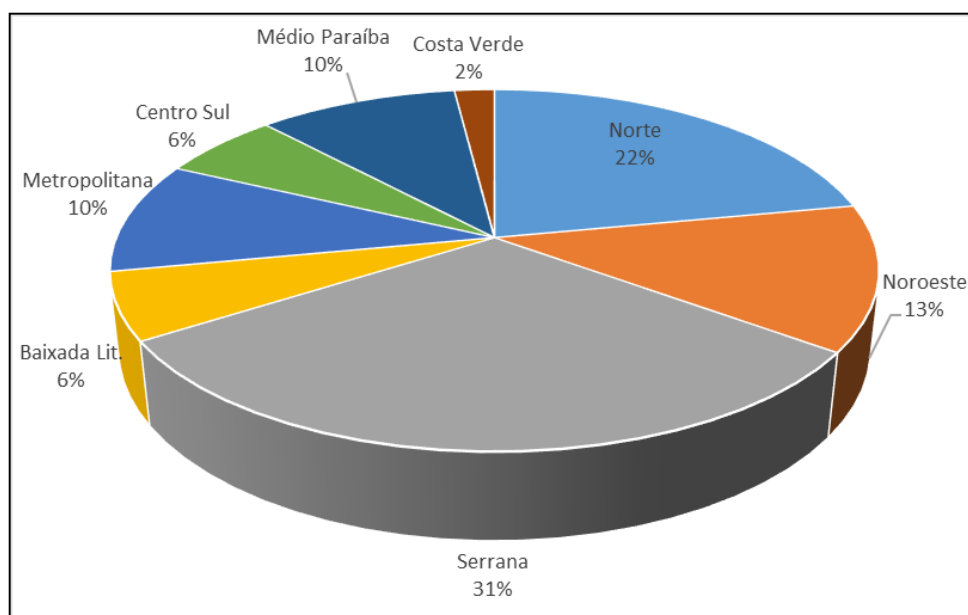
Conforme demonstrado na Figura 2 abaixo, todas as regiões do Rio de Janeiro acompanharam a tendência de crescimento do PIB Agropecuário do Estado, sendo as regiões Serrana (31%) e Norte Fluminense (22%) aquelas com maior participação percentual na composição total do PIB respectivamente (Figura 3).

Figura 19. Evolução do PIB Agropecuário das regiões do Estado do Rio de Janeiro (mil reais) – 2010 a 2014



Fonte: SIDRA, IBGE (2017).

Figura 20. Participação percentual na composição total do PIB Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro (% médio)

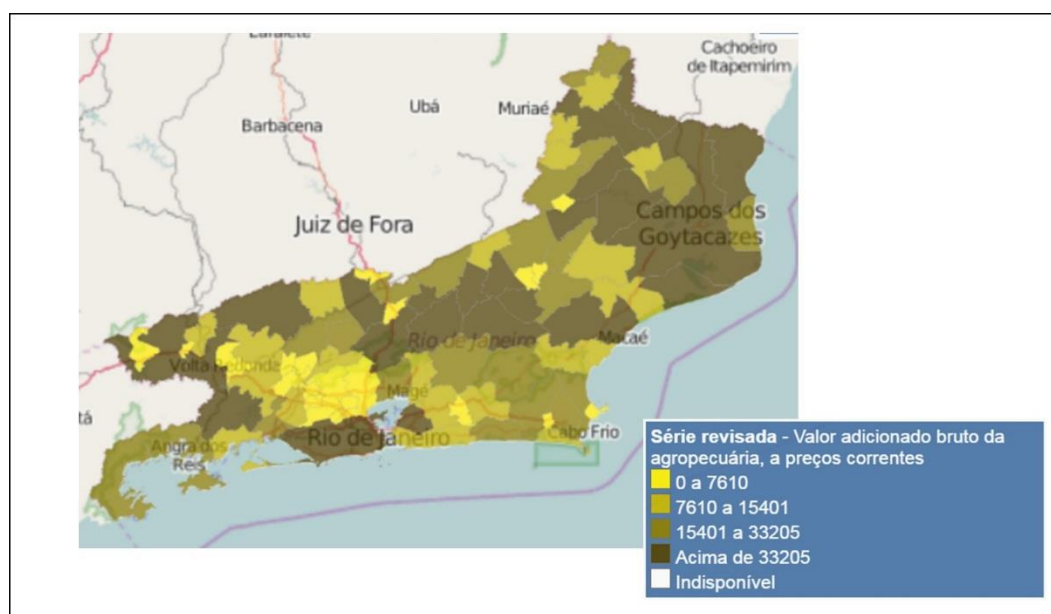


Fonte: SIDRA, IBGE (2017).

O estudo “Dimensionando o PIB do Agronegócio do Estado do Rio de Janeiro”, datado maio de 2013 e desenvolvido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP)² demonstra a participação do setor agropecuário na composição do PIB estadual levando em conta os valores agregados gerados ao longo das cadeias produtivas.

O mapa abaixo (Figura 4) demonstra o peso do setor agropecuário por municípios na composição do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 21. Valor adicionado bruto da Agropecuária a preços correntes – PIB 2013



Fonte: SIDRA, IBGE (2016).

² O estudo adota 2008 como ano base.

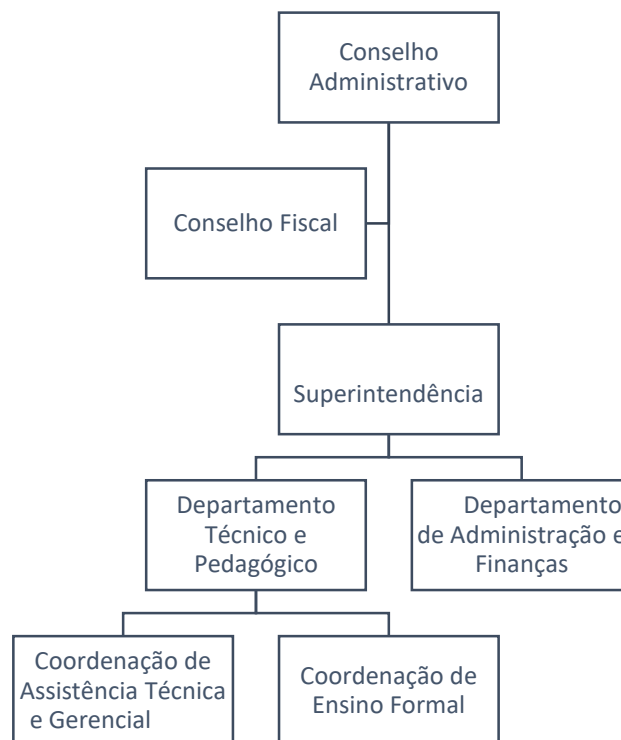
Segundo dados do relatório, o setor do agronegócio no Estado pode ser dividido em quatro subsetores, responsáveis pelas respectivas porcentagens na constituição do PIB Agropecuário: insumos (2%); setor primário ou “dentro da porteira” (16%); distribuição, englobando as atividades de comércio, transporte e serviços (38%); e por fim, processamento e agroindústrias (44%).

“A maior importância do segmento agroindustrial na formação da renda do agronegócio durante os três anos analisados [2007-2009], é uma característica peculiar do estado do Rio de Janeiro. Em parte, isso se deve à restrita área cultivada e o grande mercado consumidor no estado. Segundo dados do IBGE, a área plantada com lavouras no Rio de Janeiro, em 2008, foi de 222.319 hectares, o que representou 0,34% da área plantada no país. A grande participação da agroindústria também se explica pelo processamento de matérias-primas de fora do estado, visando a atender o amplo mercado consumidor local - um dos maiores do país” (CEPEA, 2013, p. 14).

Podemos, assim, inferir que o setor primário ou “dentro da porteira” tem apresentado crescimento sustentado na conformação do PIB Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro.

3.4. Organograma

Figura 22 – Organograma Funcional SENAR-AR/RJ



Quadro 3.4.1 – Competências das Áreas Estratégicas

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
Conselho Administrativo	<p>O Conselho Administrativo é o órgão máximo no âmbito da Administração Regional do Rio de Janeiro cuja função é cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central e principalmente, fixar a política de atuação da Administração Regional e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades.</p> <p>Tem mandato de 03 (três) anos, coincidente com o da Federação da Agricultura do Estado Rio de Janeiro e é composto por 05 (cinco) membros: o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, que é o presidente nato; 01 (um) representante do SENAR – Administração Central; 01 (um) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – FETAG e 02 (dois) representantes de segmentos das classes produtoras.</p>	Rodolfo Tavares	Presidente do Conselho Administrativo	18/12/2015 e 18/12/2018
Conselho Fiscal	<p>O Conselho Fiscal Regional é o órgão de fiscalização dos atos administrativos da Administração Regional, relacionados com atividades econômicas, financeiras e contábeis. É composto por 03 (três) membros indicados, 01 (um) pela Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; 01 (um) pelo SENAR - Administração Central e 01 (um) pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.</p>	Aloysio José Braga Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	18/12/2015 e 18/12/2018

Superintendência	A Superintendência é o órgão de execução da Administração Regional, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo. É dirigida por 01 (um) superintendente, designado pelo Presidente do Conselho Administrativo, na forma do disposto no art. 13, inciso VI, do Regimento Interno do SENAR-AR/RJ.	Maria Cristina Teixeira de Carvalho Tavares	Superintendente	18/12/2015 e 18/12/2018
Departamento de Administração e Finanças	Ao Departamento compete coordenar, orientar e executar todos os atos e fatos administrativos e financeiros com as boas práticas e técnicas administrativas e de acordo com a legislação vigente, bem como atender os órgãos de controle externos, acompanhar os assuntos técnicos pertinentes a arrecadação.	Bianca de Fátima Machado Maultashc	Chefe do Departamento de Administração e Finanças	
Departamento Técnico e Pedagógico	Ao Departamento Técnico e Pedagógico compete a coordenação de projetos e programas de Formação profissional rural e de Promoção social, treinamentos Metodológicos, acompanhamento, avaliação e controle das ações realizadas pelos parceiros.	Carla Ribeiro Valle	Chefe do Departamento Técnico e Pedagógico	

3.5. Macroprocessos finalísticos

3.5.1. Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formação Profissional Rural	Processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que possibilita a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes, para o desempenho de uma ocupação.	Eventos	Trabalhadores rurais e trabalhadores das agroindústrias que atuam exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal.	Departamento Técnico e Pedagógico

Promoção Social	Processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que visa o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do trabalhador rural e de sua família, numa perspectiva de maior qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade.	Eventos	Trabalhadores rurais e trabalhadores das agroindústrias e seus familiares	Departamento Técnico e Pedagógico
Ensino Formal – Habilitação Técnica	Processo educativo, formal, que oferece na modalidade semi presencial o curso Técnico em agronegócio	Turmas	Egressos do ensino médio	Coordenação de Ensino Formal
Assistência Técnica e Gerencial (Para Regionais que têm ações de assistência técnica)	Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promova processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.	Atendimento/Visita	Produtores rurais e seus trabalhadores que atuam exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal.	Coordenação de ATEG

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1. Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico do SENAR Administração Regional do Rio de Janeiro cuja vigência abrange o período de 2016 a 2019, foi a primeira iniciativa da unidade em utilizar a ferramenta de gestão e tem como princípio básico norteador a missão institucional, revisada em 2015: “*Realizar Educação Profissional, Promoção Social, Ensino Formal e Assistência Técnica Gerencial das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.*”

Quadro 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Missão e Visão	Missão: “Realizar Educação Profissional, Promoção Social, Ensino Formal e Assistência Técnica Gerencial das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.”	
	Visão: “Ter excelência em Educação e Assistência Técnica Gerencial, contribuindo para a geração de renda e o desenvolvimento sócio ambiental do meio rural.”	
Cliente e Sociedade	Aprimorar a Cultura de Comunicação Interna e Externa da Administração Regional	Sustentabilidade e Finanças
	Inserção de Jovens no Sistema Produtivo e Sindical Patronal Rural	
	Eficiência na Implantação da Assistência Técnica e Gerencial do SENAR	Melhorar a Arrecadação do SENAR-RJ
	Atuação Diferenciada no Ensino Formal	
Processos Internos	Melhoria da qualidade dos produtos de FPR	
	Desenvolvimento de novos produtos de Promoção Social	
Aprendizado e Crescimento	Melhoria do Ambiente de Trabalho	

Fonte: Planejamento Estratégico SENAR-AR/RJ – 2016/2019

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico do SENAR-AR/RJ finalizado em outubro de 2015 foi devidamente validado por toda a equipe da regional e instituições parceiras em junho de 2016, quando a Regional aderiu ao Programa de Nivelamento das Regionais da Administração Central do SENAR, que objetiva o nivelamento e fortalecimento dos serviços prestados e das atividades desenvolvidas pelas Administrações Regionais do Senar para garantir que o produtor e o trabalhador rural recebam serviços com qualidade e excelência.

Após a validação, iniciamos um esforço para que todos os objetivos estabelecidos, fossem abordados com implementações de programas e projetos, conforme demonstrado no quadro *4.4.3.1. Planos X Competências Institucionais*, com destaque no exercício para os seguintes projetos e focos estratégicos:

Aprimorar a Cultura de Comunicação Interna e Externa da Administração Regional

Um dos pilares da boa relação com clientes e sociedade é a comunicação. Na Administração Regional do Rio de Janeiro, identificamos que a “cultura” de comunicação está ausente nas rotinas de parceiros e da própria equipe, desenvolver novos hábitos será um desafio constante, principalmente por não existir ainda na equipe um profissional com qualificação para uma assessoria de comunicação. Como projetos iniciais, ampliamos a comunicação interna (equipe e parceiros – instrutores e mobilizadores) através de mídias sociais e promovemos a sugestão de pauta semanalmente para assessoria terceirizada, envolvendo casos de sucesso de alunos, eventos em destaque, etc.

Com foco na Comunicação Externa, procuramos um alinhamento com a política de comunicação da Administração Central do SENAR, apresentando pautas para o Canal do Produtor TV e demais mídias sociais.

Uma das ações previstas no Programa de Nivelamento das Administrações Regionais do SENAR, será a contratação, através de processo seletivo, de um Assessor de Comunicação.

Inserção de Jovens no Sistema Produtivo e Sindical Patronal Rural

Apesar da crescente importância do setor agropecuário, uma recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e pelo Núcleo de Agronegócio da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) destinou-se a saber, o quanto a população urbana brasileira percebia como importante ou não, o agronegócio.

Um dado preocupante no que se refere ao Sudeste diz respeito aos resultados da pesquisa quanto a decodificação da palavra “agronegócio”, visto que é a região que menos sabe espontaneamente sobre o segmento, em comparação com as demais regiões.

Identificou-se ainda que na população mais jovem, com faixa etária entre 16 e 24 anos, a desinformação acerca do agronegócio é mais acentuada do que nas outras faixas etárias. Segundo a pesquisa este dado:

“(…) exige das lideranças contemporâneas do agro uma atitude moderna da governança de redes sociais. Porque, se ao mesmo tempo é o jovem o mais desinformado, a pesquisa também revela serem as pessoas com computador e acesso à internet exatamente as mais bem informadas sobre a visão da cadeia de valor do agronegócio e do seu entorno” (CNA, 2013).

De uma maneira mais ampla é significativo o esforço na quebra de paradigmas quanto à imagem construída ao longo da história rural brasileira no que diz respeito à dicotomia estabelecida entre um campo rico e opulente representado pelo agronegócio, e um campo atrasado e descapitalizado, representado pela ausência de oportunidades e pela baixa qualidade de vida.

A quebra desses paradigmas envolve uma mudança na forma de abordagem e mobilização dos jovens. Faz-se preciso demonstrar o meio rural sem dicotomias, integrado exatamente por suas diferenças de oportunidades de desenvolvimento em diversos campos de formação profissional. É essencial que se mostre aos jovens que não necessariamente é preciso residir na chamada “zona rural” para que se trabalhe em prol da agropecuária. A “zona urbana” dos municípios também ofertam oportunidades no mercado de trabalho para aqueles que se identificam com o campo.

Em 2016, realizamos a Etapa Estadual do Programa CNA Jovem que promoveu o encontro de 20 novos líderes do agronegócio fluminense. Os jovens participaram de curso de formação, dentro de uma metodologia inovadora, que permite o desenvolvimento pessoal e profissional como líder.

Também em consonância com o foco estratégico, estamos construindo projetos de inserção do jovem no sistema produtivo e logicamente, no Sistema Patronal Rural. Para tanto foram criados grupos de trabalho, composto por jovens egressos do Programa CNA Jovem para a formatação, a partir de 2017, de três novos projetos: CNA Jovem Municipal, Vocação Agro e Sucessão Familiar.

Eficiência na Implantação da Assistência Técnica e Gerencial do SENAR

A Administração Regional do Senar no Rio de Janeiro, em consonância com os objetivos estratégicos da Administração Central, iniciou no exercício de 2016 a adequação metodológica da Assistência Técnica e Gerencial em nosso estado. Foram capacitadas 12 pessoas, incluindo 09 técnicos e coordenador e supervisores na metodologia para atendimento a produtores rurais da cadeia agropecuária do leite.

Com mais de 10 anos de experiência na formação de técnicos para o processo de transferência de tecnologia para produção intensiva de leite a pasto, a Regional do Rio de Janeiro possui em seu cadastro de colaboradores, capital humano capaz de prestar assistência técnica e gerencial com grande diferencial. Implantado em maio de 2016, um grupo de 60 produtores rurais dos municípios de Valença, Barra Mansa, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes e Conceição de Macabu vem recebendo mensalmente assessoria sobre processos gerenciais e acompanhamento na aplicação de novas tecnologias de produção intensiva de leite a pasto.

A atuação nos Programas Balde Cheio e Bule Cheio, que tem como objetivo capacitar técnicos no processo de transferência de tecnologia para produção de leite e café, respectivamente, envolveram 66 Técnicos e 116 produtores rurais durante o exercício de 2016.

Atuação Diferenciada no Ensino Formal

Iniciado no primeiro semestre de 2015, o Curso Técnico em Agronegócio, primeira habilitação técnica a ser desenvolvida no Estado, introduziu a linha de ação de Ensino Formal do SENAR- Rio, através da adesão ao Programa Rede e Tec, uma parceria do SENAR Administração Central e Ministério da Educação.

Nosso ingresso ao programa ocorreu ao final de 2014, com efetivação da parceria regional com o Sindicato Rural de Barra Mansa, município do Sul do Estado, que através da cessão das instalações, proporcionou o funcionamento do Polo de Apoio Presencial, local de apoio educativo para realização das práticas educativas e teóricas e suporte administrativo e escolar ao aluno.

Nos semestres seguintes houve a ampliação do número de parcerias com os Sindicatos Rurais, seguindo o mesmo modelo da parceria inicial para a instalação de polos, de forma a atendermos geograficamente Jovens de todo o Estado.

No segundo semestre de 2015, houve a instalação do polo de Sumidouro, na região serrana; E em 2016, no segundo semestre, ocorreu a instalação do polo de Miguel Pereira, região Centro-Sul Fluminense.

Apesar do interesse crescente de novas parcerias com os Sindicatos Rurais para instalação de novos polos e processo seletivo concorrido, com até 05 candidatos por vaga, a preocupação com a inserção no mercado de trabalho destes egressos, oriundos de uma formação ainda sem histórico de empregabilidade em nosso Estado é uma grande preocupação da unidade.

Um problema apresentado durante a implantação do Curso Técnico em Agronegócio, refere-se ao déficit educacional dos jovens que ingressam no Curso. Apesar da exigência de formação inicial ser o Ensino Médio completo, as dificuldades dos alunos repercutiram em nosso planejamento de ações do Programa. Houve necessidade de um maior acompanhamento pedagógico dos agentes educativos, tutoria e coordenação, como também a criação de programa de reforço escolar tendo como foco as Unidades Curriculares do eixo de Formação Geral e Humano.

Fundamental para alcance do objetivo estratégico de atuação diferenciada, ampliamos a participação dos alunos em Programas como Empreendedorismo, Assistência Técnica e Gerencial, através do Programa Balde Cheio e ações de Administração Rural.

Quadro 4.1.2.1 - Movimentação de Matrículas – Curso Técnico em Agronegócio

Polo de Apoio Presencial	Turmas	1º Semestre 2016		2º Semestre 2016			Evasão %
		Matrículas	Carga Horária	Rematrículas	Matriculas	Carga Horária	
Barra Mansa	2015.1	37	300	31		225	-16,21%
	2015.2	59	330	48		300	-18,64%
	2016.1	83	375	56		330	-32,53%
	2016.2				60	375	-
Sumidouro	2015.2	59	330	39		300	-33,89%
	2016.1	28	375	23		330	-17,85%
	2016.2				22	375	-
Miguel Pereira	2016.2				50	375	-
TOTAL		266	1.710		132	2.610	

O quadro acima demonstra as dificuldades encontradas para a justificativa do objetivo estratégico. A evasão registrada entre a matrícula inicial e a rematrícula no exercício varia de 16,21% a 33,89%. As principais causas identificadas estão no déficit educacional, como já mencionado e a dificuldade dos alunos em participar da carga horária presencial, correspondente a 20%.

Outro ponto importante de observação, refere-se à contabilização dos números do Ensino Formal – Habilitação Técnica, que não constam da análise de Plano Anual de Trabalho e nos comparativos com as metas para o exercício e o exercício anterior. Totalizamos 398 matrículas em 2016 e um total de horas aula de 4.320. Estes números constaram das observações dos quadros de resultados e nas análises de indicadores.

Melhoria da Qualidade dos Produtos de Formação Profissional Rural - FPR

A Formação Profissional Rural é um processo educativo e democrático, que considera o mundo em permanente processo de mudança. Vincula-se diretamente ao mundo do trabalho e está associada à informação e à orientação profissional, centrada em ocupações reconhecidas no mercado de trabalho rural para a definição das ofertas educativas a serem adequadas ao nível tecnológico dessas ocupações. A FPR assume identidade e características próprias, objetivos profissionalizantes e conteúdos ocupacionais centrados no processo de trabalho, resultando em ganhos e aumento de produtividade para o produtor e trabalhador rural

Com foco na melhoria dos processos internos, iniciamos uma revisão e análise da conformidade de nossas ações com o escopo metodológico da instituição, para tanto, criamos um novo Plano de Supervisão, com ênfase em aspectos metodológicos, tais como utilização de temas transversais obrigatórios (segurança e saúde; meio ambiente e cidadania), teoria associada à prática e ainda outros aspectos que julgamos fundamentais para o atingimento dos objetivos de cada ação.

Outro fator fundamental para a melhoria da qualidade dos produtos de formação profissional rural é o aperfeiçoamento de agentes, mobilizadores e instrutores, foi definido um novo itinerário formativo incluindo além das capacitações obrigatórias, ações com foco metodológico e comportamental.

Desenvolvimento de novos produtos de Promoção Social – PS

A Promoção Social é um conjunto de atividades com enfoque educativo, que possibilita ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade rural.

Com caráter educativo e preventivo, a Promoção Social é um processo democrático que considera o mundo em permanente mudança. Tem como princípio primordial melhorar a qualidade de vida e proporcionar possíveis ganhos sociais e econômicos, por meio de oferta que contemple conteúdos relativos à saúde, educação, cultura, esporte e lazer, segurança no trabalho e preservação e conservação do meio ambiente.

Após avaliarmos as atividades de Promoção Social que a regional oferecia, optamos por incluir como foco estratégico o desenvolvimento de novos produtos da promoção social, mais adequados a realidade da população rural fluminense. Inicialmente, estamos trabalhando com enfoque em saúde com os programas nacionais do Senar Brasil: Saúde do Homem e Saúde da Mulher. Outros programas foram desenhados para início em 2017, tais como a Semana da Saúde e o Prepara Jovem.

Melhoria do Ambiente de Trabalho

No foco estratégico Melhoria do Ambiente de Trabalho, contamos com o auxílio do Senar Administração Central, através do Programa de Nivelamento das Regionais do SENAR, onde realizamos primeiramente a Avaliação de Desempenho de Colaboradores e Gestores, tendo como objetivo de identificar pontos de melhoria de gestores e colaboradores, bem como a integração das pessoas à empresa e adequação aos seus cargos. O resultado do estudo promoveu uma reestruturação na equipe e a indicação de novo processo seletivo a ser realizado em 2017.

Na proposta do Programa de Nivelamento das Regionais do SENAR teremos uma adequação do espaço físico da unidade, garantindo novos postos de trabalho para a equipe a ser contratada.

Melhorar a Arrecadação do SENAR-RJ

Os eventos realizados pelo SENAR são financiados, em sua grande maioria, por recursos provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais: tanto sobre a comercialização de produtos agrossilvipastoris quanto sobre a folha de pagamento da empresa rural. As atividades podem ainda ser subsidiadas por parcerias e convênios firmados com outras instituições privadas e/ou governamentais. A maior parte dos eventos educativos oferecidos pelo SENAR chega a seu público de forma inteiramente gratuita.

Acreditamos, através de estudos sobre as cadeias produtivas do estado, que o potencial de arrecadação do Senar no Rio de Janeiro é superior ao que temos consolidado. A informalidade e a desinformação são as maiores causas de inadimplência do setor. Para implementarmos ações que tenham como objetivo garantir maior incremento de receita, a unidade, através de uma coordenadoria de arrecadação, manterá programas e ações de orientação com foco em contadores, agroindústrias, produtores rurais – pessoa física e jurídica e demais adquirentes de produtos primários.

Também está previsto neste foco estratégico, prospectar e captar novas fontes de recurso para o cumprimento de nossos objetivos finalísticos.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Quadro 4.1.3.1 Planos x Competências Institucionais

Nº	Programas/Projetos	Objetivos	Deptº Resp	Objetivos Estratégicos
01	Programa Balde Cheio	Capacitar técnicos da área de ciências agrárias no processo de transferência de tecnologia em produção de leite	DTP / Coordenadoria de Assistência Técnica	Eficiência na Implantação da Assistência Técnica e Gerencial do SENAR
02	Programa Bule Cheio	Capacitar técnicos da área das ciências agrárias no processo de transferência de tecnologia em produção de café		
03	ATeG	Atender a produtores rurais do estado do Rio de Janeiro, possibilitando o acesso a um modelo de Assistência Técnica associado à consultoria gerencial, em consonância com as ações de Formação Profissional Rural.		
04	Rede E-tec / curso técnico em agronegócio	Desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).	DTP / Coordenação de Educação Formal	Atuação Diferenciada no Ensino Formal
05	CNA Jovem Estadual	Desenvolver a capacidade de lideranças em jovens ligados ao setor agropecuário fluminense	DTP	Inserção de Jovens no Sistema Produtivo e no Sistema Patronal Rural
06	Programa Saúde do Homem	Conscientizar o homem do campo, produtor e o trabalhador rural sobre os cuidados com a saúde e o bem-estar. A metodologia do programa segue por meio de palestras sobre o câncer de próstata, saúde do homem em geral e a realização do exame Antígeno Prostático Específico (PSA).	DTP	Desenvolvimento de novos produtos de Promoção Social – PS
07	Programa Útero é Vida/Saúde da Mulher	O Útero é Vida é o Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero realizado pelo SENAR em parceria com instituições e secretaria de saúde e educação dos municípios. Seu objetivo é gerar oportunidades de educação, prevenção e diagnóstico do câncer do colo do útero em comunidades carentes, levando informações importantes que conscientizem as mulheres do meio rural e possibilitem seu acesso ao exame preventivo.	DTP	Desenvolvimento de novos produtos de Promoção Social – PS

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Ao compararmos os números reprogramados no Plano Anual de Trabalho do SENAR-RJ para o exercício de 2016 e sua execução, cabe observarmos que o total de eventos foi cumprido em 88% do total planejado. O resultado abaixo do previsto para o exercício pode ser observado em todos os itens, exceto em Programas Especiais de Formação Profissional Rural – PE/FPR, que obteve um pequeno crescimento de 3,57%.

Apesar do não cumprimento da totalidade das metas estabelecidas para o ano de 2016, a unidade apresentou equilíbrio entre a receita e a despesa, visto que houve uma frustração na expectativa de receita através de recursos provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais.

Na linha de Formação Profissional Rural – FPR executamos cerca de 90% do número de eventos programados, resultado que consideramos satisfatório, tendo em vista a frustração do aumento da receita.

Nas categorias Promoção Social e Programas Especiais de Promoção Social as metas estabelecidas para número de eventos não foram atendidas em sua plenitude, ambas atingiram cerca de 79% e 76,5% respectivamente.

No comparativo entre número de participantes em eventos programados e realizados durante o exercício de 2016, atingimos cerca de 95% do total do número estimado. O resultado, apesar de inferior ao planejado, foi considerável satisfatório.

Em Promoção Social e Formação Profissional Rural foram registrados os aumentos mais significativos, onde a realização de eventos com maior número de participantes inscritos garantiu o resultado positivo. Em Programas Especiais de FPR e PS o número de participantes correspondeu respectivamente a 79% e 73% do total planejado.

Na análise sobre o total de horas programadas e executadas no exercício foram executadas cerca de 86% do total previsto. No item Programas Especiais FPR observa-se um aumento de horas aula na ordem de 5,39%, resultado favorecido em razão da realização de um número maior de turmas do Programa Negócio Certo Rural.

Tabela 01: Comparativo entre Eventos Programados e Realizados 2016

NÚMERO DE EVENTOS - METAS PAT E REALIZADOS 2016			
ITEM	METAS PAT	REALIZADO	%
FPR	483	434	89,85
FPR/PE	28	29	103,57
PS	57	45	78,94
PS/PE	68	52	76,47
RH	16	14	87,50
TOTAL	652	574	88,03

Fonte: SENAR-RJ

Tabela 02: Comparativo entre Participantes em Eventos Programados e Realizados 2016

NÚMERO DE PARTICIPANTES - METAS PAT E REALIZADOS 2016			
ITEM	METAS PAT	REALIZADO	%
FPR	5.017	5.396	107,55
FPR/PE	743	588	79,13
PS	899	1.183	131,59
PS/PE	1.033	758	73,37
RH	191	196	102,61
TOTAL	8.535	8.121	95,14

Fonte: SENAR-RJ

Tabela 03: Comparativo entre Carga Horária Programada e Realizada 2016

TOTAL DE HORAS MINISTRADAS – METAS PAT E REALIZADOS 2016			
ITEM	METAS PAT	REALIZADO	%
FPR	11.800	9.978	84,55
FPR/PE	1.817	1.915	105,39
PS	572	436	76,22
PS/PE	1.024	776	75,78
RH	184	168	91,30
TOTAL	15.397	13.273	86,20

Fonte: SENAR-RJ

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 4.3.1.1. Execução Física e Financeira das Ações

SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Meta Física		Orçado	Realizado	% Utilização
	Prev.	Real.			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	38	38	687.000,00	661.719,18	96,50
0750 - Apoio Administrativo	38	38	687.000,00	661.719,18	96,50
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	1	1	230.000,00	229.001,68	99,56
8777 - Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	13	13	430.000,00	407.755,04	94,82
8711 - Gestão Administrativa	24	24	27.000,00	24.962,46	92,45
8715 - Assistência Financeira a Entidades	0	0	0,0	0,0	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1	1	10.000,00	1.245,00	12,45
0801 - Formação de Gerentes e Empregados	1	1	10.000,00	1.245,00	12,45
8718 - Capacitação de Recursos Humanos			10.000,00	1.245,00	12,45
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	0	0	0,00	0,00	0,00
0253 - Serviço de Comunicação de Massa	0	0	0,00	0,00	0,00
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	0	0	0,00	0,00	0,00
212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	0	0	0,00	0,00	0,00
0681 - Participação em Organismos Internacionais	0	0	0,00	0,00	0,00
8753 - Contribuição a Organismo Internacional	0	0	0,00	0,00	0,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	32	32	40.000,00	29.775,60	74,43
0100 - Assistência ao Trabalhador	32	32	40.000,00	29.775,60	74,43
8703 - Assistência Médica e Odonto a Empregados	32	32	40.000,00	29.775,60	74,43
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	9	9	18.000,00	13.345,20	74,14
0100 - Assistência ao Trabalhador	9	9	18.000,00	13.345,20	74,14
8705 - Auxílio Alimentação a Empregados	9	9	18.000,00	13.345,20	74,14
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	1940	1949	175.000,00	117.925,37	67,38
0100 - Assistência ao Trabalhador	8	8	15.000,00	4.594,37	30,62

8706 - Auxílio Transporte aos Empregados	8	8	15.000,00	4.594,37	
8788 – Promoção Social Rural	1932	1941	160.000,00	113.331,00	70,83
333 - EMPREGABILIDADE	6041	6180	4.870.000,00	4.469.840,28	91,78
0108 - Qualificação Profissional do Trabalhador	6041	6180	4.870.000,00	4.469.840,28	91,78
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	6041	6180	4.870.000,00	4.469.840,28	91,78
TOTAL			5.800.000,00	5.293.850,63	91,27

Fonte: Nogali Contabilidade

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Apesar de não atingirmos a expectativa de receita através de recursos provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais, houve um equilíbrio orçamentário entre as despesas e receitas.

4.3.3 Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 4.3.3.1. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos dois exercícios

Unidade concedente ou contratante				
Nome:	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural			
UG/GESTÃO:	SENAR-AR/RJ			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados		Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)	
	2016	2015	2016	2015
Convênio	02	02	72.500,00	102.498,00
Acordo de Cooperação Técnica e Financeira	33	41	1.296.852,00	1.040.002,60
Total	35	43	1.369.352,00	1.142.500,60

Fonte: SENAR-AR/RJ

Quadro 4.3.3.2. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

				R\$ 1,00
Unidade Concedente				
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio de Janeiro				
UG/GESTÃO: SENAR-AR/RJ				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Acordo de Cooperação Técnica e Financeira
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02	33
		Montante Repassado	72.500,00	1.296.852,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado	-	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado	-	

Fonte: SENAR-AR/RJ

Quadro 4.3.3.3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

				R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural				
UG/GESTÃO: SENAR-AR/RJ				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Acordo de Cooperação Técnica e Financeira	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	02	33	
	Quantidade reprovada	-	-	
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	72.500,00	1.296.852,00	
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SENAR-AR/RJ

4.3.4 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 4.3.4.1. Demonstração da Receita – Administração Central

Natureza da Receita	Orçada	Realizada	% Realização
Receitas Correntes	5.800.000,00	5.287.308,57	91,16%
Receitas de Contribuições	4.590.000,00	4.236.726,15	92,30%
Contribuição para o SENAR	3.290.000,00	3.102.860,67	94,31%
Transferência das cont. s/o RADI	1.300.000,00	1.133.865,48	87,22%
Receita Patrimonial	310.000,00	241.197,05	77,81%
Receitas de Valores Mobiliários	310.000,00	241.197,05	77,81%
Juros e Títulos de Renda	310.000,00	241.197,05	77,81%
Receitas de Serviços	0,00	0	0,00%
Transferências Correntes	870.000,00	809.385,37	93,03%
Outras Transf. de Inst. Privadas	620.000,00	580.709,55	93,66%
Transf. de Convênios	250.000,00	228.675,82	91,47%
Outras Receitas Correntes	30.000,00	0	0,00%
Indenizações e Restituições	30.000,00	0	0,00%

Fonte: Nogali Contabilidade

4.3.5 Informações sobre a realização das despesas

Quadro 4.3.5.1 Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Código UO:	UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa paga	
	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		
a) Convite	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)		
h) Dispensa	159.953,73	104.563,57
i) Inexigibilidade	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial		
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		
k) Pagamento em Folha	1.548.626,82	1.319.441,18
l) Diárias	24.996,50	1.132,50
5. Outros		
6. Total (1+2+3+4+5)	1.733.577,05	1.425.137,25

Quadro 4.3.5.2. Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural				
Grupos de Despesa	Orçada		Realizada	
	2016	2015	2016	2015
1 – Despesas de Pessoal				
11 – Vencimento e vantagens fixas	1.600.000	1.400.000	1.540.049	1.319.441
13 – Obrigações Patronais	600.000	510.000	511.069	458.588
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0		
1º elemento de despesa	0	0		
3 – Outras Despesas Correntes	0	0		
08 – Outros Benefícios Assistenciais	250.000	180.000	187.503	158.583
14 – Diárias	60.000	50.000	33.586	9.912
16 – Outras Despesas Variáveis	200.000	200.000	137.042,73	153.236
30 – Material de Consumo	150.000	150.000	89.959,69	46.466
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	20.000	20.000	0	950
35 – Serviços de Consultoria	100.000	100.000	92.360	0
36 – Outros Serv. Terc. Pessoa Física	30.000	50.000	17.960	14500
39 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	2.600.000	3.450.000	2.552.207	3.297.857
46 – Auxílio Alimentação	90.000	90.000	66.726	62.884
49 – Auxílio Transporte	40.000	50.000	22.839	32.466
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0	0		
Depreciação	60.000	60.000	42.547	41.535
Total Geral	5.800.000	6.310.000	5.293.850	5.596.418

4.4 Desempenho operacional

Os resultados obtidos no exercício de 2016 foram considerados satisfatórios, tendo em vista a redução da participação da unidade em Programas Nacionais com repasses financeiros e na frustração da expectativa de geração de receita.

Em meados do exercício, se superestimou um aumento na geração de receita através da contribuição compulsória de produtores rurais, estávamos retomando as orientações em empresas contribuintes e havia uma sinalização de melhora imediata, no entanto, o montante esperado não foi recuperado, prejudicando o desempenho da unidade no cumprimento da demanda de eventos. No entanto, a gestão da unidade determinou como estratégia o equilíbrio entre a receita e a despesa, fato demonstrado nos demonstrativos contábeis.

4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O SENAR-RJ utiliza como indicadores para avaliar o desempenho da gestão a eficácia, a eficiência, a economicidade e a efetividade, tendo como base os objetivos preconizados e os resultados efetivamente alcançados.

Uma comissão foi estabelecida para determinar e monitorar os indicadores de desempenho da entidade, de modo a garantir sua utilização nas tomadas de decisão gerenciais.

4.5.1 - Indicadores de Eficácia

Para medir a eficácia de nossa execução, levamos em consideração as metas físicas estabelecidas para 2016 em relação ao exercício anterior, o parâmetro indicativo da meta também será demonstrado no quadro.

A título de informação a categoria Ensino Formal / Técnico em Agronegócio não foi incluída na análise dos indicadores de gestão quando em referência a exercício anterior. O ano de 2015 foi o marco inicial dessa nova vertente de trabalho do SENAR.

As variáveis observadas neste indicador são:

- Número de eventos realizados
- Número de participantes dos eventos;
- Carga horária total dos eventos.

Número de Eventos Realizados

As metas estabelecidas em 2016, tendo como base o ano de 2015 foram reduzidas em aproximadamente 12% no total de eventos. Tal redução se deve a uma adequação da unidade em função da redução das parcerias, tal qual o PRONATEC e demais programas nacionais com transferência de recursos.

Apesar do direcionamento mais conservador em relação ao total de eventos, houve um aumento significativo em Promoção Social e Programas Especiais de Promoção Social, atividades pouco expressivas no escopo de trabalho da instituição. Em 2016, as atividades de promoção social passaram por um ajuste, sendo agora ofertadas nas linhas de atividade: educação, saúde e lazer.

Em Formação Profissional Rural observa-se que a meta estabelecida para 2016 foi menor em aproximadamente 7% em relação ao ano anterior, no que tange a realização, cumpriu-se cerca de 90% do estimado para o período, o que demonstra um resultado satisfatório, tendo em vista o cenário descrito de redução de parcerias.

Em Programas Especiais de Formação Profissional Rural, houve uma mudança na contabilização de turmas e módulos, não havendo assim, parâmetros realísticos para a comparação entre um exercício e outro. Cabe observarmos, que na execução de 2015, se aplicássemos a regra atual, seriam 33 turmas, onde teríamos uma redução da meta de 15%. Em relação ao executado, atendemos em 2016, cerca 3,5% a mais do que o planejado para o período.

Tabela 04: Comparativo entre Número de Eventos Realizados 2015/2016

EXERCÍCIO/META	Número de eventos realizados					TOTAL
	FPR	FPR/PE*	PS	PS/PE	RH	
<i>2015</i>	519	144	28	37	16	<i>744</i>
<i>META 2016</i>	483	28	57	68	16	<i>652</i>
% Meta em relação 2015	93%	-	203,5%	184%	100%	87,6%
<i>2016 REALIZADO</i>	434	29	45	52	14	<i>574</i>
% Atendimento da Meta	89,85	103,57	78,94	76,47	87,50	88,03

Fonte: SENAR-RJ

*O número de eventos realizados em Programas Especiais FPR com estrutura modular é quantificada por turma e não por número eventos/encontros. Exemplo: Programa Empreendedor Rural (17 módulos), Programa Negócio Certo Rural (5 módulos).

Número de Participantes nos Eventos

O número de participantes em eventos também é um importante indicador de eficácia, tendo em vista a possibilidade de avaliar se a oferta de cursos e treinamentos está atendendo às necessidades formativas da população rural fluminense.

No total de participantes estabelecido como meta para 2016, previa-se uma redução de 24% em relação ao total de participantes/realizado em 2015, em razão de utilizarmos como calculo a média de vagas disponíveis de 12 participantes por turma.

A análise por item demonstra que em Formação Profissional Rural, o número de participantes foi superior a meta em 7,5%, mas inferior em aproximadamente 15% ao ano anterior.

Em Programas Especiais – Formação Profissional Rural, reiteramos a justificativa sobre a mudança na contabilização de turmas e módulos, não havendo assim, parâmetros realísticos para a comparação entre um exercício e outro. Em relação ao planejado, o número de participantes foi superior em 3,5%.

Na vertente de trabalho Promoção Social o número de participantes foi planejado com aumento de 70% em relação ao exercício anterior e na execução o aumento foi superior em 31,5%. Observa-se que o realinhamento das atividades nas linhas de saúde, educação e lazer foi responsável pelo resultado positivo.

Em Programas Especiais – Promoção Social o aumento da meta de 2016 foi superior em três vezes o número de número de participantes realizados de 2015. A programação de eventos na área de saúde da mulher, com o Programa Útero é Vida, foi responsável por grande parte deste aumento. Na execução em 2016, o número de participantes correspondeu a 73% do planejado para o exercício.

Tabela 05: Comparativo entre Número de Participantes em Eventos Realizados 2015/2016

<i>EXERCÍCIO/META</i>	Número de participantes em eventos					<i>TOTAL</i>
	FPR	FPR/PE*	PS	PS/PE	RH	
<i>2015</i>	5.884	4.288	528	307	216	<i>11.223</i>
<i>META 2016</i>	5.017	743	899	1.033	191	<i>8.535</i>
% Meta em relação 2015	85,2%	-	170%	336,5	85%	76%
<i>2016 REALIZADO</i>	5.396	588	1.183	758	196	<i>8.121</i>
% Atendimento da Meta	107,5%	79%	131,5%	73%	102,5%	95,14%

Fonte: SENAR-RJ

*O número de participantes realizados em Programas Especiais FPR com estrutura modular é quantificada por turma e não por número eventos/encontros, exemplo Programa Empreendedor Rural (17 módulos) Programa Negócio Certo Rural (5 módulos).

Como complemento da tabela anterior, calculamos a média de participantes por tipo de evento tendo como base, primeiramente o executado em 2015 e a meta estipulada para o exercício de 2016. A meta estipulada utiliza-se de parâmetros definidos metodologicamente, tal qual descrito abaixo. Quando comparados às medias de participantes de 2016 com a meta estabelecida, percebe-se o esforço em ampliar a oferta por turma. Em Promoção Social, onde se observa a maior média de participantes por evento, justificamos pela realização de seminários com temas sobre Educação Ambiental e Mutirões de Combate ao *Aedes aegypti*.

Cabe a observação que o SENAR-AR/RJ trabalha com quantitativo de participantes definido em metodologia de ensino. Sendo os seguintes parâmetros por categoria: FPR: 08 a 12 participantes; FPR/PE: 15 a 30 participantes; PS: 10 a 15 participantes, salvo eventos do tipo seminário; PS/PE: 08 a 10 participantes (Apenas para Inclusão Digital) salvo eventos do tipo seminário e RH: 15 participantes. Na tabela foram inseridos valores calculados através da média.

Tabela 06: Relação de Alunos por Evento: 2015/2016

MÉDIA DE PARTICIPANTES POR EVENTO						
<i>ANO</i>	Número de participantes realizados					<i>TOTAL</i>
	FPR	FPR/PE	PS	PS/PE	RH	
<i>2015</i>	11,3	29,7	15,5	8,3	13,5	15,0
<i>2016</i>	12,4	21	26,2	14,5	14	14,1
Meta em Relação a 2015	92	89,2	101,3	183,13	88,8	86,6
<i>META</i>	10,4	26,5	15,7	15,2	12	13
% Atendimento da Meta	119,2%	79,2%	166,9%	95,4%	116,6%	108,4%

Fonte: SENAR-RJ

Carga Horária Total dos Eventos

Em relação à definição da carga horária total dos eventos para a Meta do Exercício de 2016 com base no exercício anterior, a unidade previu um aumento total na ordem de 4%, sendo o maior crescimento nos itens Promoção Social, 104% e Programas Especiais de Promoção Social 73%, em face do aumento da meta de eventos destas categorias.

Em relação ao executado em 2016, os resultados foram abaixo do esperado ficando 13,8% menor em relação à Meta. As categorias de Promoção Social e Programas Especiais foram as que tiveram menor desempenho, mais uma vez acompanhando o número de eventos.

Tabela 07: Comparativo entre Carga Horária ministradas em Eventos Realizados 2014/2015

<i>EXERCÍCIO/META</i>	<i>Carga horária ministrada em eventos</i>					<i>TOTAL</i>
	<i>FPR</i>	<i>FPR/PE</i>	<i>PS</i>	<i>PS/PE</i>	<i>RH</i>	
<i>2015</i>	11.889	1.862	280	592	176	<i>14.799</i>
<i>META 2016</i>	11.800	1.817	572	1.024	184	<i>15.397</i>
<i>% Meta em relação 2015</i>	99,2%	97,6%	204,3%	173%	104,5%	104,04%
<i>2016 REALIZADO</i>	9.978	1.915	436	776	168	<i>13.273</i>
<i>% Atendimento da Meta</i>	84,55%	105,4%	76,22%	75,78%	91,30%	86,20%

Fonte: SENAR-RJ

4.5.2 - Indicadores de Eficiência

Com o objetivo de avaliar o grau de eficiência com que trabalha o SENAR-RJ, foram selecionados os seguintes indicadores:

- Número de eventos realizados/Força de Trabalho
- Número de eventos realizados/ Número de municípios atendidos;
- Número de participantes aptos e não aptos;

a - Relação do Número de Eventos Realizados com a Força de Trabalho

Em 2016 analisamos a força de trabalho utilizada para realização dos eventos de **Formação Inicial e Continuada** e **Ensino Formal** do SENAR, lembrando que nossa equipe é composta por funcionários e colaboradores (estagiários e terceirizados). No caso específico deste indicador, utilizamos para fins de demonstração o quantitativo de pessoas envolvidas com os processos de planejamento, coordenação, acompanhamento pedagógico, supervisão, logística, prestação de contas, cadastro e certificação das ações da Unidade, sendo um total de 09 funcionários e 02 estagiários que se dividem, em alguns casos, nas duas categorias de eventos.

Este indicador tem como objetivo demonstrar a produtividade da força de trabalho e é muito importante, uma vez que permitem uma avaliação precisa do esforço empregado para gerar os produtos e serviços.

A eficiência do processo será a relação entre o resultado obtido na medição do indicador de produtividade e o índice estabelecido como padrão do processo.

Com a inclusão do Ensino Formal no escopo dos produtos oferecidos pelo SENAR, a medida para verificar a força de trabalho tende a ser diferenciada, visto que no Ensino Formal o empenho da força de trabalho é distribuído pela atenção ao Polo de ensino a distância.

Na Formação Inicial Continuada a medida padrão é de 70 eventos por funcionário/ano, na análise da tabela, verificamos que em 2015, com o aproveitamento da mão de obra auxiliar (estagiários) a relação entre o número de eventos e a força de trabalho está bastante confortável, em torno de 74 eventos/funcionário/ano, enquanto em 2016, com o número de eventos reduzido a relação foi de 63,77 eventos/funcionário/ano.

47

No Ensino Formal, utilizamos como indicador o número de turmas, sendo a medida padrão utilizada neste indicador para o Ensino Formal 08 turmas por funcionário/ano.

De acordo com a tabela, a situação em 2016, com três polos em funcionamento e 08 turmas no total, definindo uma relação de 2,66 turmas/ano.

Tabela 08: Relação nº. de Eventos / Força de Trabalho

Variável	Exercício	Medida Padrão	Unidade	Força de Trabalho B	Número A	Relação (A/B)
FIC – Formação Inicial Continuada	2015	70	Eventos	10	744	74
Ensino Formal		08	Turmas	02	06	03
FIC – Formação Inicial Continuada	2016	70	Eventos	09	574	63,77
Ensino Formal		08	Turmas	03	08	2,66

Fonte: SENAR-RJ

b – Número de parcerias para realização de Eventos: 2015/2016

Os principais parceiros conveniados do SENAR-RIO são os Sindicatos Rurais Patronais, atualmente são 49 Sindicatos Rurais e de Armadores de Pesca associados ao Sistema FAERJ – Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, deste total, além da FAERJ, 65,30% estabeleceram parceria com a Regional do SENAR. Comparando os exercícios de 2015 e 2016 o número de parceiros conveniados foi reduzido em -5,71% em relação ao ano anterior

A rotatividade de mobilizadores é o principal motivo da descontinuidade, das parcerias em algumas instituições. O mobilizador deve ter um perfil adequado, conhecedor do mercado de trabalho rural, das políticas públicas do estado e município e das necessidades de formação profissional, além de possuir características importantes como proatividade e trabalho em equipe. Para reverter o quadro, estamos selecionando novos agentes, de acordo com esse perfil, para capacitação em 2017.

Tabela 09: Número de Parceiros Conveniados 2015/2016

ANO	Parceiros Conveniados
2015	35
2016	33
Δ%	-5,71

Fonte: SENAR-RJ

N	Parceiro	Municípios	Nº de Eventos 2015	Nº Eventos 2016	Δ%
01	Sindicato Rural de Araruama	Araruama, Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia, Iguaba	37	20	-46%
02	Sindicato Rural de Barra do Pirai	Barra do Pirai, Vassouras, Pirai, Mendes	48	31	-35%
03	Sindicato Rural de Barra Mansa	Barra Mansa, Volta Redonda, Quatis e Pinheiral	89	124	39%
04	Sindicato Rural de Bom Jardim	Bom Jardim	09	05	-44%
05	Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira	02	14	600%
06	Sindicato Rural de Cantagalo	Cantagalo	04	-	-100%
07	Sindicato Rural de Carmo	Carmo	18	34	89%
08	Sindicato Rural de Casimiro de Abreu	Casimiro de Abreu e Rio das Ostras	11	21	91%
09	Sindicato Rural de Conceição de Macabu	Conceição de Macabu e Quiisamã	03	01	-66%
10	Sindicato Rural de Duas Barras	Duas Barras	05	12	140%
11	Sindicato Rural de Itaboraí	Itaboraí, São Gonçalo e Tanguá	19	31	63%
12	Sindicato Rural de Itaguaí	Itaguaí,	01	-	-100%
13	Sindicato Rural de Itaocara	Itaocara	10	03	-70%
14	Sindicato Rural de Itaperuna	Itaperuna, Italva e Bom Jesus do Itabapoana, São José de Ubá	13	10	-23%
15	Sindicato Rural de Laje do Muriaé	Laje do Muriaé	02	02	-
16	Sindicato Rural de Macaé	Macaé, Carapebus	02	-	-100%
17	Sindicato Rural de Maricá	Maricá	05	-	-100%
18	Sindicato Rural de Miguel Pereira, Paty do Alferes e Engenheiro Paulo de Frontin	Miguel Pereira, Paty do Alferes, Engenheiro Paulo de Frontin e Japeri	77	87	13%
19	Sindicato Rural de Miracema	Miracema	11	13	18%
20	Sindicato Rural de Natividade	Natividade e Varre Sai	40	19	-61%
21	Sindicato Rural de Paraíba do Sul	Paraíba do Sul, Três Rios e Areal	20	10	-50%
22	Sindicato Rural de Petrópolis	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto	02	56	2700%
23	Sindicato Rural de Pirai	Pirai	06	07	16%
24	Sindicato Rural de Porciúncula	Porciúncula	49	11	-77%
25	Sindicato Rural de Resende	Resende, Itatiaia e Porto Real	05	-	-100%
26	Sindicato Rural de Rio Bonito	Rio Bonito	04	01	-75%
27	Sindicato Rural de Rio Claro	Rio Claro e Angra dos Reis	51	13	-74%
28	Sindicato Rural de Rio das Flores	Rio das Flores	03	03	-
29	Sindicato Rural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	01	-	-100%
30	Sindicato Rural de Santo Antonio de Pádua	Santo Antônio de Pádua	24	29	21%
31	Sindicato Rural de São Fidélis	São Fidélis	02	01	-50%
32	Sindicato Rural de Sapucaia	Sapucaia	03	01	-66%
33	Sindicato Rural de Silva Jardim	Silva Jardim	19	22	16%
34	Sindicato Rural de Sumidouro	Sumidouro	42	70	66%
35	Sindicato Rural de Teresópolis	Teresópolis	01	05	400%
36	Sindicato Rural de Trajano de Moraes	Trajano de Moraes, Macuco, São Sebastião do Alto	29	44	52%
37	Sindicato Rural de Valença	Valença	25	29	16%
38	Faerj	Sapucaia e Buzios	-	02	-

c - Relação do Número de Eventos Realizados com o Número de Municípios

A relação entre o número de eventos realizados (Eventos FIC e Ensino Formal – Habilitação Técnica) e o número de municípios foi menor que no exercício anterior, variando negativamente em 9,72, a média de ações por município ficou entre 9 eventos/ano, o que pode ser considerado um número razoável, tendo em vista a diminuição do número de eventos ocorrida no exercício de 2016 e o número menor de parceiros conveniados.

Tabela 10 - Relação n°. de Eventos / n°. de Municípios: 2015/2016

ANO	Nº EVENTOS (A)	Nº MUNICÍPIOS (B)	Relação A / B
2015	750	72	10,41
2016	582	65	8,95
Δ %	-22,40%	-9,72%	-14,02%

Fonte: SENAR-AR/RJ

d - Relação do Número de Participantes Aptos e Não Aptos

Antes de analisarmos a tabela abaixo, cabem as seguintes considerações:

Considerando que o número de matrículas utilizado nesta tabela, conta alunos matriculados em eventos modulares, se repetindo a cada módulo, ou seja, se o aluno está matriculado em um Curso de estrutura modular com 17 encontros como o Programa Empreendedor Rural, sua matrícula foi multiplicada 17 vezes, a mudança na contabilização destes participantes em eventos foi ajustada em 2016, entretanto, para informação de aproveitamento em cada módulo, faz-se necessário a observação deste quadro, pois o aluno pode evadir ou ser reprovado em qualquer fase do evento.

Considerando que em relação aos dados utilizados na tabela abaixo, cabe à observação de que a variável “Aguardando Informação” pode inferir em alterações futuras nos resultados, visto que são alunos ainda sem situação conclusiva por falta de documentação ou pendência no registro.

Usando como referência o exercício de 2015 para acompanharmos a evolução de participantes aptos e não aptos de 2016, constatamos que o percentual de participantes aptos aumentou de um exercício para o outro, sendo em 2016 registrados em 94,6% do total de alunos matriculados. O número de alunos evadidos também foi reduzido em 30,5% de um exercício para o outro, já o número de alunos reprovados cresceu na variação entre exercícios.

Tabela 11 - Relação de Participantes Aptos e Inaptos

ANO	Número de Participantes							
	Matrícula	Evasão	%	Reprovados	%	Aptos	%	Aguardando Informação
2015	11.540	423	3,66	237	2,05	10789	93,5	91
2016	12.424	294	2,36	243	1,95	11762	94,6	125
Δ%	7,66%	-30,55	-	2,53%	-	9%		-

Fonte: SENAR-RJ

4.5.3 Indicadores de Economicidade

Ao usar a economicidade como indicador, tem-se como objetivo medir o resultado do processo de melhoria contínua do SENAR-RJ no trabalho de capacitação de produtores e trabalhadores rurais. São utilizados os indicadores, abaixo relacionados:

- a) Despesa corrente por hora/aula;
- b) Despesa corrente por aluno.

a - Despesas Correntes por Hora / Aula

A utilização das despesas correntes por hora/aula é um indicador utilizado pelo SENAR-RJ há vários anos, sendo capaz de medir a economicidade do nosso produto final.

No item despesa corrente e na carga horária, também estão somados os valores recebidos em 2016 para execução do curso Técnico em Agronegócio, parceria com o Senar Brasil. No que tange a carga horária observa-se que foram somadas 13.273 horas de Formação Inicial Continuada (FPR, PS, Programas Especiais FPR e PS, Recursos Humanos) a 4.320 horas de Habilitação Técnica em Agronegócio.

Tabela 12 - Despesas Correntes / nº. Horas - aula 2015-2016

Ano	Despesa Corrente (R\$)	Nº Horas Aula*	Relação
	A	B	A/B
2015	5.596.418,03	16.959	329,99
2016	5.293.850,63	17.593	300,90

b - Despesas Correntes por Aluno

No item despesa corrente, também estão somados os valores recebidos em 2016 para execução do curso Técnico em Agronegócio, parceria com o Senar Brasil. No total de alunos de 2016 também estão contabilizados os alunos matriculados no Curso Técnico em Agronegócio, correspondente a 398 alunos em 08 turmas.

O maior impacto no aumento entre a relação da despesa corrente e número de alunos observados em 2016, explica-se pela mudança na contabilização de participantes em eventos de estrutura modular, cabe observarmos, que de acordo com a Tabela 14, foram registradas 12.424 participantes em eventos, tal resultado interfere na análise do quadro abaixo em relação ao exercício anterior.

Tabela 13 - Despesas Correntes / n°. de Alunos - 2014/2015

Ano	Despesa Corrente (R\$)	Nº Alunos	Relação
	A	B	A/B
2015	5.596.418,03	11.456	488,51
2016	5.293.850,63	8.519	621,41

4.5.4 Indicadores de Efetividade

4.5.4.1 – Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação é um mecanismo de verificação utilizado em todos os treinamentos para obter a avaliação dos participantes imediatamente ao término da ação. O questionário é facultativo e não identificado. A pesquisa é digitada pelos agentes mobilizadores no ato do encerramento do relatório da ação em sistema de cadastro do SENAR.

Esta pesquisa foi realizada no exercício de 2016 com 30,26% do total dos participantes imediatamente após a conclusão dos eventos.

A pesquisa de satisfação demonstra que naquele momento 98,59% dos entrevistados fariam outra ação do SENAR-RIO, no quadro abaixo relacionamos os principais itens levantados.

Tabela 14 – Principais itens levantados na Pesquisa de Satisfação 2016

Opções	Qualidade dos Recursos Instrucionais	Conhecimento do instrutor sobre o conteúdo do evento	Capacidade do instrutor de transmitir seu conhecimento	Avaliação Geral do Treinamento/Curso
Excelente	47	68,9	65,18	62,37
Muito Bom	32,69	25,2	29,5	30,67
Bom	13	5,8	5,14	6,85
Regular	2,74	0,06	0,11	0,08
Ruim	0,75	0,03	0,03	0,03
Não se aplica	3,81	-	-	-

Fonte: SENAR-AR/RJ

5 – GOVERNANÇA

De acordo com o Regimento Interno, a estrutura de governança do SENAR possui a seguinte composição: Conselho Administrativo e Conselho Fiscal.

5.1. Descrição das estruturas de governança

5.1.1. Conselho Administrativo

Base Normativa: Seção I do Regimento Interno do SENAR.

Estrutura: Tem mandato de 03 (três) anos, coincidente com o da Federação da Agricultura do Estado Rio de Janeiro e é composto por 05 (cinco) membros: o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, que é o presidente nato; 01 (um) representante do SENAR – Administração Central; 01 (um) representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – FETAG e 02 (dois) representantes de segmentos das classes produtoras.

Atribuições: O Conselho Administrativo é o órgão máximo no âmbito da Administração Regional do Rio de Janeiro cuja função é cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central e principalmente, fixar a política de atuação da Administração Regional e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades.

5.1.2. Superintendência

Base Normativa: Seção III, do Regimento Interno do SENAR

Estrutura: É dirigida por 01 (um) Superintendente, designado pelo Presidente do Conselho Administrativo, na forma do disposto no art. 13, inciso VI, do Regimento Interno do SENAR-AR/RJ.

Atribuições: A Superintendência é o órgão de execução da Administração Regional, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo.

5.1.3. Conselho Fiscal

Base Normativa: Seção IV do Regimento Interno do SENAR.

Estrutura: É composto por 03 (três) membros indicados, 01 (um) pela Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; 01 (um) pelo SENAR - Administração Central e 01 (um) pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Atribuições: O Conselho Fiscal Regional é o órgão de fiscalização dos atos administrativos da Administração Regional, relacionados com atividades econômicas, financeiras e contábeis.

5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Quadro 5.2.1. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo

Conselho Administrativo			
Presidente: Rodolfo Tavares			
Membros		Período de Gestão (Triênio)	Entidade que Representa
Titulares	Suplentes		
Rodolfo Tavares	Helóisio Amorim Machado Júnior	18/12/2015 a 17/12/2018	Federação da Agricultura do Rio de Janeiro
Manoel Affonso Farias Mello	Francisco Jose Barbosa Leite	18/12/2015 a 17/12/2018	Representante da Classe Produtora
Carlos Eduardo Dair Coutinho	Ueber Moreira Poeys	18/12/2015 a 17/12/2018	Representante da Classe Produtora
Carmensita Corso	Edlberto dos Santos	18/12/2015 a 17/12/2018	Representante do Senar Administração Central
Oto dos Santos	Jacir Pereira da Silva	18/12/2015 a 17/12/2018	Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Quadro 5.2.2. Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal			
Presidente: Aloysio José Braga Monteiro			
Membros		Período de Gestão	Entidade que Representa
Titulares	Suplentes		
Roberto Monnerat	Maria Zeni Andrade Moraes	18/12/2015 a 17/12/2018	Federação da Agricultura do Rio de Janeiro
João Batista da Silva	Aloysio José Braga Monteiro	18/12/2015 a 17/12/2018	Representante do Senar Administração Central
Kátia Regina da Costa Motta	Elicia Ramos da Cruz	18/12/2015 a 17/12/2018	Federação dos Trabalhadores na Agricultura

5.3. Atuação da unidade de auditoria interna

O Senar não possui em sua estrutura departamento de auditoria interna.

5.4. Atividades de correção e ilícitos administrativos

Não houve ocorrência no exercício em tela.

5.5. Gestão de riscos e controles internos

Os controles internos inerentes à apuração dos resultados dos indicadores utilizados pelo SENAR RIO são adequados à necessidade e realidade da entidade e, em sua maioria, são realizados com o suporte de ferramentas desenvolvidas e monitoradas pelo próprio SENAR Central, tais como, Sistema Orçamentário e Gestão de Atividades, que são alimentados pelas Administrações Regionais. Entendemos que, mesmo tendo a necessidade de melhorias constantes, tais controles são adequados e confiáveis para a mensuração dos indicadores.

5.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Até o mês de abril de 2016, o Presidente do Conselho Administrativo recebeu mensalmente o valor de R\$ 952,00 referente ao subsídio e o Presidente e membros do Conselho Administrativo e Fiscal, receberam mensalmente o valor de R\$ 580,00 referente ao Jeton. A partir de maio de 2016, conforme demonstrado em quadro abaixo, os valores foram reajustados em R\$ 1690,00 e R\$ 640,00 respectivamente.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho Administrativo															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Rodolfo Tavares	Jan	Dez	1532	1532	1532	1532	1690	1690	1690	1690	1690	1690	1690	1690	19653
Manoel Affonso Farias Mello	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	7440
Carlos Eduardo Dair Coutinho	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	7440
Edalberto dos Santos	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	7440
Jacir Pereira da Silva	Jan	Dez	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	580	6960

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercí cio		Remuneração													
	(T/S)	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Roberto Monnerat	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	640	7440
Aloysio José Braga Monteiro	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	640	7440
Kátia Regina da Costa Motta	Jan	Dez	580	580	580	580	640	640	640	640	640	640	640	640	640	7440

5.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Senar contratou através de Dispensa de Licitação nº 020/16, o Auditor Independente Candido José Victal, para auditar o Exercício de 2016 pelo valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

6 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 6.1.1.1. Força de Trabalho

Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos	Egressos
1. <i>Empregados em Cargos Efetivos</i>	13	0	0
2. <i>Empregados com Contratos Temporários</i>	2	0	0
3. <i>Total de Empregados (1+2)</i>	15	0	0

Fonte: Nogali Contabilidade

Quadro 6.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva

Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. <i>Empregados em Cargos Efetivos</i>	4	9
2. <i>Empregados com Contratos Temporários</i>	2	0
3. <i>Total de Empregados (1+2)</i>	6	9

Fonte: Sistema RM Labore – SRH

Quadro 6.1.1.3. Detalhamento da estrutura de funções gratificadas

Tipologias das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas				
1.1. <i>Empregados de Carreira Vinculados a Unidade</i>	6	6	0	0
1.2. <i>Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado</i>	0	0	0	0
2. Total de Empregados com Funções Gratificadas (1+2)	6	6	0	0

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 6.1.2.1. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Total	
		Gratificações	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis		
Empregados de Carreira que não ocupam cargo/função gratificada							
Exercícios	2015	584.450,71					584.450,71
	2016	659.316,44					659.316,44
Empregados ocupantes de Funções gratificadas							
Exercícios	2015	578.801,34	192.933,00		2593,20		774.327,54
	2016	628.640,16	191.739,60		3720,60		824.100,36
Empregados cedidos com ônus							
Exercícios	2015						
	2016						

Fonte: Nogali Contabilidade

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O SENAR RIO vem atuando no sentido de identificar riscos que comprometam a continuidade de negócio e o cumprimento da missão institucional. Nesse sentido, com relação à gestão de pessoas, identificamos a necessidade de aumentar o quadro de pessoal. Todo o processo foi validado pelo Programa de Nivelamento. O processo seletivo será realizado em 2017.

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não se aplica a realidade da UJ.

6.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O SENAR-AR/RJ possui sede própria, com 248 m², auditório para 70 pessoas, com sede na Avenida Rio Branco, nº. 135 – Salas 901 a 907 – Centro – Rio de Janeiro. Por não ter instalações físicas no interior do Estado, trabalha com a estrutura dos Sindicatos Patronais Rurais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, desenvolvendo a maioria de suas ações/atividades em espaços cedidos em propriedades rurais.

Para atender a demanda de espaço para o arquivo, o Senar aluga uma sala em Niterói pelo valor de R\$ 2.111,66 (dois mil cento e onze reais e sessenta e seis centavos) por mês.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

6.3.1. Principais sistemas de informações

Quadro 6.3.1.1. Relação de Sistemas

Sistemas	Função	Usuários
SICE	Sistema de Cadastramento de Eventos <i>online</i>	Funcionários, supervisores, instrutores e mobilizadores

O Sistema de Cadastramento de Eventos online, endereço eletrônico www.senar-rjnet.com.br, é responsável por toda a organização e gerenciamento do processo de execução das ações. A partir dos vários agentes envolvidos no processo (mobilizadores, instrutores, supervisores e administradores (SENAR), as atividades são estruturadas para a organização das etapas de realização do evento, até a sua finalização.

Apresentando visões diferente de uma mesma funcionalidade para cada perfil de acesso de usuário, o sistema é acessado através de senha pessoal com funções pertinente a sua atividade no sistema.

Podendo ser acessado pelos diversos navegadores disponíveis. Entre eles: Firefox, Internet Explorer, Chrome e Ópera, o sistema disponibiliza legenda com o progresso da execução dos eventos, proporcionando aos agentes a possibilidade de acompanhamento da execução e gerenciamento das atividades:

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Não se aplica a realidade da UJ.

6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obra.

Não se aplica a realidade da UJ.

O SENAR não compõe a Administração Pública, seja direta ou indireta. Por esta razão, o SENAR não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública e não possui, até o momento, Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS).

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de acesso do cidadão

O Senar disponibiliza o endereço eletrônico www.senar-rio.com.br e um canal telefônico 0800 282 0020.

O SENAR também está presente nas redes sociais, com páginas no Twitter e no Facebook, onde divulga ações e campanhas e interage diretamente com a população.

7.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

7.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

7.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em nosso site, disponibilizamos informações sobre a unidade, legislação, oferta de cursos, eventos realizados, Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis, informações em atendimento a LDO 12.708 e um campo específico para reclamações e sugestões.

8 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Desempenho financeiro do exercício

Os recursos do Senar são provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais tanto sobre a comercialização de produtos agrossilvipastoris quanto sobre a folha de pagamento da empresa rural, 80% destes recursos retornam ao produtor na forma de treinamentos e cursos de educação profissional e ações de promoção social.

No exercício de 2016 tivemos uma redução de 13,89% da receita, reflexo do cenário econômico do país. Nossos recursos são aplicados de acordo com a demanda e com a realização da receita, priorizando um equilíbrio entre as contas.

Desempenho Financeiro			
Receita 2015	Receita 2016	Despesa 2015	Despesa 2015
5.580.464,77	5.287.308,57	5.596.418,03	5.293.850,63

8.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição, não havendo reavaliação de bens. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, baseadas na vida útil dos bens e com percentuais permitidos pela legislação tributária.

O SENAR está adequando seus normativos e procedimentos operacionais para aplicação da NBC T 16 a partir de 01/01/2017.

8.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Com a aplicação da NBC T 16 a partir de 01/01/2017, está previsto a implantação do sistema de informação de custo que deverá ser implementado de forma sistemática e gradual levando em consideração os objetivos organizacionais pretendidos, os processos decisórios que usarão as informações de custos segmentados por seus diferentes grupos de usuários.

8.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.

- Balço Orçamentário da Receita



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
 CNPJ: 04.321.101/0001-15

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 EXERCÍCIO 2016

RECEITAS

TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
RECEITAS CORRENTES	5.800.000,00	5.287.308,57		512.691,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.590.000,00	4.236.726,15		187.139,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.590.000,00	4.236.726,15	-	187.139,33
CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	3.290.000,00	3.102.860,67		187.139,33
RECEITA PATRIMONIAL	310.000,00	241.197,05	-	68.802,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	310.000,00	241.197,05	-	68.802,95
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	310.000,00	241.197,05		68.802,95
RECEITAS DE SERVIÇOS	-	-	-	-
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	870.000,00	809.385,37	-	226.749,15
TRANSF. CONTRIB. S/RADI	1.300.000,00	1.133.865,48		166.134,52
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	250.000,00	228.675,82		21.324,18
TRANSF. CONV. INST. PRIVADAS	620.000,00	580.709,55		39.290,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000,00	-	-	30.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00			30.000,00
RESTITUIÇÕES				
RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS			-	
OUTRAS RESTITUIÇÕES			-	
RECEITAS DIVERSAS	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS			-	
OUTRAS RECEITAS			-	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS			-	
ALIENAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS			-	
ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			-	
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS			-	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			-	
TRANSF. DE CONV. INST. PRIVADAS			-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS			-	
TOTAL DAS RECEITAS	5.800.000,00	5.287.308,57	-	512.691,43

RODOLFO TAVARES
 PRESIDENTE
 CPF 083.565.057-04

MARIA CRISTINA T.C. TAVARES
 SUPERINTENDENTE
 CPF 990.539.427-34

NOGALI CONTABILIDADE
 ILMA LUCIA JOSE DOS SANTOS
 CRC - RJ 047142/0-4

• Balanço Orçamentário da Despesa



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO 2016

TÍTULO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
ADMINISTRAÇÃO GERAL	687.000,00	661.719,18	-	25.280,82
APOIO ADMINISTRATIVO	687.000,00	661.719,18	-	25.280,82
MANUT. DE SERV. ADMINISTRATIVOS	230.000,00	229.001,68	-	998,32
PAG. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS	430.000,00	407.755,04	-	22.244,96
GESTÃO ADMINISTRATIVA	27.000,00	24.962,46	-	2.037,54
ASSIST. FINANCEIRA A ENTIDADES	-	-	-	-
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	1.245,00	-	8.755,00
FORMAÇÃO DE GERENTES E SERVIÇOS	10.000,00	1.245,00	-	8.755,00
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS	10.000,00	1.245,00	-	8.755,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-
SERV. COMUNICAÇÃO DE MASSA	-	-	-	-
DIVULG. DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	-	-	-	-
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	-	-	-	-
GESTÃO DA PART. EM ORG. INTERNAC.	-	-	-	-
CONTRIB. A ORG. INTERNACIONAIS	-	-	-	-
ATENÇÃO BÁSICA	40.000,00	29.775,60	-	10.224,40
ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	40.000,00	29.775,60	-	10.224,40
ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERV.	40.000,00	29.775,60	-	10.224,40
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	18.000,00	13.345,20	-	4.654,80
ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	18.000,00	13.345,20	-	4.654,80
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERV. E EMP.	18.000,00	13.345,20	-	4.654,80
PROTEÇÃO E BENEF. AO TRABALHADOR	175.000,00	117.925,37	-	57.074,63
ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	15.000,00	4.594,37	-	10.405,63
AUX. TRANSP. AOS SERV. E EMPREG.	15.000,00	4.594,37	-	10.405,63
ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	-	-	-	-
MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA TRAB.	160.000,00	113.331,00	-	46.669,00
PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	160.000,00	113.331,00	-	46.669,00
EMPREGABILIDADE	4.870.000,00	4.469.840,28	-	400.159,72
QUALIFICAÇÃO PROF. DO TRABALHADOR	4.870.000,00	4.469.840,28	-	400.159,72
QUALIF. PROF. ÁREA AGROP. E AGROIND.	4.870.000,00	4.469.840,28	-	400.159,72
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-
MELHORIA DA QUALID. VIDA DO TRAB.	-	-	-	-
CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	5.800.000,00	5.293.850,63	0,00	506.149,37

RODOLFO TAVARES
PRESIDENTE
CPF 083.565.057-04

MARIA CRISTINA T.C. TAVARES
SUPERINTENDENTE
CPF 990.539.427-34

NOGALI CONTABILIDADE
ILMA LUCIA JOSE DOS SANTOS
CRC - RJ 047142/0-4

• Balanço Patrimonial



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

(Em reais)

	2015	2016		2015	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.123.582	2.190.946	CIRCULANTE	362.705	356.248
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.117.526	1.906.979	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	362.705	356.248
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios	0	44	Consignações s/Folha de Pagamento	0	1.210
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	948	6.435	INSS	0	49.151
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	1.887.159	1.792.374	FGTS	0	13.740
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	229.419	108.125	IRRF	14.383	24.917
			PIS	0	1.718
REALIZÁVEL CURTO PRAZO	6.056	283.967	CSLL/COFINS/PIS	48	400
Dotações Orçamentárias a Receber	0	283.967	Fornecedores de Bens e Serviços	0	12.991
Adiantamentos a Terceiros	6.056	0	Convênios a Realizar	21.451	0
			Receitas de Convênios a Executar	229.419	114.560
NÃO CIRCULANTE	158.214	114.796	Credores Diversos	0	1.225
IMOBILIZADO	158.214	114.796	Provisões Trabalhistas	97.404	136.336
Bens Tangíveis	536.449	536.449	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.919.091	1.949.494
Bens Móveis	287.297	287.297	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.919.091	1.949.494
(-) Depreciações Acumuladas	-223.471	-257.605	Resultado Acumulado	1.935.044	1.956.036
Bens Imóveis	249.152	249.152	Resultado do Exercício	-15.953	-6.542
(-) Depreciações Acumuladas	-154.763	-164.047			
INTANGÍVEL	0	0			
Bens Intangíveis	90.105	90.105			
(-) Amortizações Acumuladas	-90.105	-90.105			
TOTAL DO ATIVO	2.281.796	2.305.742	TOTAL DO PASSIVO + PL	2.281.796	2.305.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RODOLFO TAVARES
PRESIDENTE
CPF 083.585.057-04


MARIA CRISTINA T.C. TAVARES
SUPERINTENDENTE
CPF 990.539.427-34


NOGALI CONTABILIDADE
ILMA LUCIA JOSE DOS SANTOS
CRC - RJ 047142/0-4

- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2014	2.062.896	-	-	2.062.896
Subvenções				
Ajustes de Exercícios Anteriores	(127.852)			
Déficit/Superávit do Exercício	(15.953)			
Saldo em 31/12/2015	1.919.091	-	-	1.919.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2015	1.919.091	-	-	1.919.091
Subvenções				
Ajustes de Exercícios Anteriores	36.945			
Déficit/Superávit do Exercício	(6.542)			
Saldo em 31/12/2016	1.949.494	-	-	1.949.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RODOLFO TAVARES
PRESIDENTE
CPF 083.565.057-04


MÁRIA CRISTINA T.C. TAVARES
SUPERINTENDENTE
CPF 990.539.427-34


NOGAL CONTABILIDADE
ILMA LUCIA JOSE DOS SANTOS
CRC - RJ 047142/0-4

- Demonstração do Resultado do Exercício



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

(Em reais)

	2015	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.719.461	4.236.726
Contribuições Sociais	3.719.461	4.236.726
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	5.596.418	5.293.833
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.985.954	2.278.653
(-) Serviços de Terceiros	3.313.307	1.923.323
(-) Material de Consumo	46.466	78.770
(-) Despesas Bancárias / Financeiras	20.986	11.345
(-) Despesas com Viagens	9.912	24.997
(-) Despesas Com Gestores	132.251	124.812
(-) Transferências de Contribuições Diversas	0	
(-) Despesas de Convênios / Termos de Cooperação	46.008	809.385
(-) Outras Despesas Operacionais	0	
(-) Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	41.535	42.547
(+) Receitas Financeiras	256.000	241.179
(+) Receita de Serviços	0	
(+) Receitas Eventuais	0	
(+) Receitas de Subvenções	1.605.004	809.385
RESULTADO OPERACIONAL	-15.953	-6.542
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-15.953	-6.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RODOLFO TAVARES
PRESIDENTE
CPF 083.565.057-04


MARIA CRISTINA T.C. TAVARES
SUPERINTENDENTE
CPF 990.539.427-34


NOGALI CONTABILIDADE
ILMA LÚCIA JOSÉ DOS SANTOS
CRC - RJ 047142/0-4

• Demonstração dos Fluxos de Caixa



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
LEI Nº. 11.638 de 28/12/2007
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

(Em Reais)	31/12/2015	31/12/2016
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	-15.953	-6.542
Ajustes por:		
(+) Depreciação	41.480	42.547
(+) Ajuste de Depreciação no ano	0	870
(-) Lucro na Alienação de Imobilizado		0
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	25.527	36.876
Variações no Ativo (-)	162.128	-277.911
Contas a Receber	0	0
Dotações a Receber	165.810	-283.967
Adiantamento Viagens	1.500	0
Adiantamento a Terceiros	-6.056	6.056
Valores Recuperáveis	874	0
Devedores Diversos	0	0
Estoques de Consumo	0	0
Despesas Antecipadas		
Variações no Passivo (+)	-145.713	30.488
Obrigações C/Folha de Pagamento	-994	1.210
Consignações s/Folha de Pagamento		
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	-47.686	62.891
Obrigações Tributárias	-8.042	12.603
Fornecedores de Bens e Serviços	-3.061	12.991
Convênios a Realizar	8.581	-21.451
Cretores Diversos	-653	1.225
Receitas de Convênios a Executar	106.954	-114.859
Provisões Trabalhistas	-72.960	38.933
Ajustes de Convênio	0	0
Contingências	0	0
Ajuste Patrimonial	-127.852	36.945
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (=)	41.942	-210.546

Processo n.º
Folha n.º
Rubrica:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31/12/2016 DFC Indireto 2016



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR-RJ
CNPJ: 04.321.101/0001-15

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016

(Em Reais)	31/12/2015	31/12/2016
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Aplicação Financeira	0	0
(-) Investimento	0	0
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos (-)	0	0
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimentos por Empréstimos		
(-) Pagamento de Empréstimos		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento (+)	0	0
Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2 + 3) (=)	41.942	-210.546
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa (=)	41.942	-210.546
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	(-) 2.075.584	2.117.526
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	(+) 2.117.526	1.906.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RODOLFO TAVARES
PRESIDENTE
CPF 093.565.057-04


MARIA CRISTINA T.C. TAVARES
SUPERINTENDENTE
CPF 990.539.427-34


NOGALI CONTABILIDADE
ILMA LÚCIA JOSÉ DOS SANTOS
CRC - RJ 047142/0-4



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Processo n.º
Folha n.º FC Indireto 2016
Rubrica:

- Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2016

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992, com o objetivo de organizar, administrar e executar no território brasileiro o ensino da formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com o regime contábil de competência e tem como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.40/1976 e suas alterações e aplicações de interpretações e comunicados técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram, também, elaboradas com base nas Normas e Regulamentos do SENAR – Administração Central, exigidas, para a Prestação de Contas, em conformidade com a Portaria TCU nº 123 de 12/05/2011 e Decisão Normativa TCU nº 117 de 19/10/2011, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443 de 1992.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) Patrimônio Social

O Patrimônio Social Líquido, apresentado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$1.949.494,08 (um milhão, novecentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e oito centavos), que corresponde ao patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores apurados com superávits/déficits acumulados dos exercícios.

b) Reconhecimentos das Despesas e Receitas

As receitas e as despesas são apuradas segundo o regime de competência, fundadas por documentos hábeis, legais e usuais, necessárias à manutenção da atividade, de conformidade com as exigências fiscais, trabalhistas e outras obrigações sociais.


c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são demonstradas a valores contábeis adicionadas dos rendimentos sendo o valor justo idêntico ao contábil em virtude do curto prazo de vencimento das operações.

d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e suas taxas estão em conformidade com a legislação vigente.

Processo n.º	_____
Folha n.º	_____
Rubrica:	_____



d) Provisões para Férias

Constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

e) Demais Ativos e Passivos

São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço.

NOTA 04 – DISPONÍVEL

O disponível, em 31/12/2016, ficou distribuído conforme o demonstrado:

	2015	2016
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
BNC C/CONTA MOVIMENTO.	0,00	44,39
BNC C/CONVENIOS-REC DE CONV.	947,50	6.435,30
APLIC. FINANCEIRAS REC PROPRIO	1.887.158,91	1.792.374,41
APLIC. FINANCEIRAS REC CONVEN	229.419,15	108.125,09
TOTAIS EM R\$	2.117.525,56	1.906.979,19

NOTA 05– APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são representadas por investimentos em títulos de liquidez imediata, demonstrada pelo valor original e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A disponibilidade de recursos para as aplicações financeiras é tomada com base no fluxo de caixa, considerando a necessidade de desembolsos. As aplicações Financeiras estão segregadas em dois grupos: **Aplicações Financeiras – Recursos Próprios** com saldo no valor de R\$1.792.374,41 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil e trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e um centavos) e **Aplicações Financeiras – Recursos de Convênios** com saldo de R\$108.125,09 (cento e oito mil e cento e vinte e cinco reais e nove centavos). Sobre a disponibilidade de recursos para aplicação é tomada com base no fluxo de caixa, considerando a necessidade de desembolsos.

	2015	2016
Recursos Próprios	1.887.159	1.792.374
Recursos de Convênios	229.419	108.125
Total	2.116.578	1.900.499

Processo n.º _____
Folha n.º _____
Rubrica: _____

NOTA 06 – DOTACÕES ORÇAMENTARIAS A RECEBER

As contas a receber são referentes a receitas das contribuições sociais provisionado referentes ao mês de dezembro/2016, que entrará em caixa no mês de janeiro/2017.

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação, calculada pelo método linear, com as aplicações de taxas em observância à legislação fiscal em vigor. Os ajustes, em 2016, ocorreram para a adequação da nomenclatura das contas do Inventário Físico com a nomenclatura do Plano de Contas da contabilidade, sem, contudo, ter influenciado em aumento ou decréscimo dos valores totais do Ativo Imobilizado.

Demonstração das Contas do ativo Imobilizado

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	VALOR ORIGINAL SALDO EM 2015	Aquisições 2016	Baixas 2016	AJUSTES 2016	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA ANO 2016	Saldo em 31/12/2016
IMOVEIS E INSTALAÇÕES	10%	249.151,96	-	-	-	- 164.047,18	85.104,78
EQUIP. MAQ.APAR.EM GERAL	10%	73.909,65	-	-	-	- 68.720,85	5.188,80
VEICULOS	20%	112.285,60	-	-	-	- 102.928,63	9.356,97
MOB. EM GERAL MAT COPA	10%	60.838,74	-	-	-	- 58.949,61	1.889,13
EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10%	8.382,78	-	-	-	- 8.382,78	-
MAQ.AP.UT.ESCRITÓRIO	10%	31.880,05	-	-	-870,47	- 17.752,71	13.256,63
OUTROS EQUIP.MAT.PERMANENTE	-	-	-	-	-	-	-
PROGRAMAS DE INFORMATICA	10%	90.105,00	-	-	-	- 90.105,00	-
TOTAL		626.553,78	-	-	-870,47	- 510.887,00	114.796,31

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS E TRIBUTARIAS

Registra os encargos e obrigações a recolher, no que se refere às obrigações previdências e Tributárias por parte da entidade do mês de dezembro 2016.

	2015	2016
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	1.209,60
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	0,00	62.891,40
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.431,12	27.034,49
TOTAIS EM R\$	14.431,12	91.135,49

NOTA 09 – FORNECEDORES

Referem-se à aquisição de serviços e produtos em dezembro de 2016, que serão liquidados em seus vencimentos, conforme o respectivo contrato ou ordem de compra/ordem de serviço.

Processo n.º _____
Folha n.º _____
Rubrica: _____

NOTA 10 – PROVISÕES TRABALHISTA

Neste grupo são apropriadas as provisões de 13º salário, férias e respectivos encargos.


	2015	2016
PROVISÕES TRABALHISTAS	97.403,55	136.336,45

NOTA 11 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Foram feitos ajuste no exercício de 2016, a credito da conta acertando o lançamento das receitas emanadas do INSS para aplicação da competência, no que se excluíram as receitas que eram de dezembro de 2015 no valor de R\$ 243.812,04 ao longo do exercício, foi acertado a debito da conta o valor de R\$ 222.879,89, dos quais R\$ 200.000,00, referiu-se ao adiantamento da administração central, que foi restituído no início do ano de 2016, quando se pensou que se tratava de uma receita e não de adiantamento.

Abaixo quadro Demonstrativo Comparativo da Posição do Patrimônio Social:


	2015	2016
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.919.090,73	1.949.494,08
ACERVO PATRIMONIAL	1.935.043,99	1.956.036,14
RESULTADOS ACUMULADOS	1.935.043,99	1.956.036,14
RESULTADO - SENAR - AR - RJ	-15.953,26	-6.542,06


Ilma Lúcia José dos Santos
CRC - RJ Nº 047142/O-4

NOGALI CONTABILIDADE LTDA
Fone: S5 (21) 3970-2120

Av. Rio Branco, 135 - grupo C - Salas 808/810 - CEP: 20.040-006 - Centro - Rio de Janeiro.

Processo n.º _____
Folha n.º _____
Rubrica: _____



9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinação e recomendações do TCU

Quadro 9.1.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Não houve deliberações do TCU referente ao exercício de 2015.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

9.2 Tratamentos de recomendações do órgão de controle interno

Quadro 9.2.1. Recomendações da CCGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da recomendação da CGU				
Exercício	Processo	Relatório	Item	Data do Relatório
2016		201600058	1.1.1	05/04/2016
Constatação				
Fragilidade no Conjunto de Indicadores				
Descrição da recomendação				
Recomendação 1: Monitorar, de forma periódica, os indicadores de desempenho da entidade, não apenas quando da elaboração do relatório de gestão, de modo a garantir sua utilização nas tomadas de decisão gerenciais.				
Recomendação 2: Fixar, previamente, metas para os indicadores de desempenho.				
Recomendação 3: Realizar uma consistente análise crítica sobre os dados fornecidos pelos indicadores de desempenho com vistas à sua utilização gerencial.				
Recomendação 4: Rever a metodologia de cálculo do indicador "número de eventos realizados/número de funcionários", de forma a agregar toda a força de trabalho (funcionários e estagiários) utilizada na realização dos eventos, visto que sua finalidade é a produtividade/eficiência da força de trabalho alocada nessa atividade.				
Recomendação 5: Apresentar, para os indicadores de economicidade, a variação histórica, da mesma forma feita para os demais indicadores.				
Recomendação 6: Implementar um controle de frequência para os instrutores dos cursos de curta duração.				

Em face dos exames realizados, somos de opinião que a Unidade Gestora deve adotar medidas corretivas com vistas a elidir os pontos ressaltados no item 1.1.1.1.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os indicadores de desempenho têm sido periodicamente monitorados, subsidiando adequações necessárias na execução dos programas da unidade.				
Caracterização da recomendação da CGU				
Exercício	Processo	Relatório	Item	Data do Relatório
2014		201408565	143564	05/04/2016
Constatação				
Esposa do dirigente máximo do SENAR/RJ mantida no cargo de Superintendente da entidade, configurando prática de nepotismo.				
Descrição da recomendação				
Providenciar a exoneração da atual ocupante do cargo de Superintendente, pelo fato de a mesma ser esposa do dirigente máximo da entidade, o que configura nepotismo, prática condenada pelo Tribunal de Contas da União e vedada pelo Conselho Deliberativo do SENAR, conforme Resolução nº 036/11/CD, de 04/08/2011				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Discordamos do posicionamento da CGU tendo em vista a manifestação já apresentada à este órgão de controle.				
Caracterização da recomendação da CGU				
Exercício	Processo	Relatório	Item	Data do Relatório
2014		201408565	143564	05/04/2016
Constatação				
Registros incorretos de carga horária de trabalho da Superintendente na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego.				
Descrição da recomendação				
Estabelecer rotina de verificação da adequação de registros na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente em relação às cargas horárias de trabalho.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As devidas análises estão sendo feitas anualmente pela Superintendente com o Escritório de Contabilidade que é responsável por gerar o documento.				

9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrência no exercício.

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se aplica. As contratações de obras, serviços, compras e alienações do SENAR são precedidas de licitação obedecidas pelo disposto no Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, aprovado pela Resolução nº 001/CD de 22/02/2006.

10 ANEXOS E APÊNDICES

Não há informações para este item.